

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ANITÁPOLIS

2ª OFICINA

03 e 06

abril
2024

Participa
Anita



plano diretor

É o principal instrumento da política urbana e tem como objetivo **ordenar o crescimento das cidades** para que seja garantida uma boa qualidade de vida a todos.

Seus princípios e regras devem promover o diálogo entre os aspectos físicos e os objetivos sociais, econômicos e ambientais em todo o território do município.

quem são e como se organizam as instituições no processo?



+



+



objetivo e organização

objetivo da oficina

Apresentação dos Diretrizes e Eixos Estratégicos

organização

- pacto de convivência
- apresentação do processo e cronograma
- apresentação dos temas com dinâmica das fichas
- dúvidas e sugestões

pacto de convivência

direitos

- manifestar opiniões sobre assuntos tratados no âmbito da pauta da Oficina
- formular e debater questões pertinentes ao tema da Oficina

deveres

- respeitar o pacto de convivência
- respeitar o tempo estabelecido para intervenção e a ordem de inscrição
- tratar com respeito e civilidade os participantes da Oficina e seus organizadores
- preencher a lista de participantes

pacto de convivência

manifestações

- orais ou por escrito
- manifestação oral: solicitar inscrição aos secretários
- a manifestação oral será de até 02 minutos, prorrogáveis por mais 01 minuto
- a equipe técnica utilizará o tempo adequado para responder às perguntas dos participantes

metodologia e regras do jogo

- ACOMPANHAR PROCESSO
- RECEBER, DISCUTIR, DELIBERAR ACERCA DO ANTEPROJETO DE LEI ENVIADO PELO EXECUTIVO

CÂMARA DE VEREADORES

INSTÂNCIA DECISÓRIA

- CONDUÇÃO POLÍTICO-ESTRATÉGICO
- REPRESENTATIVIDADE
- MONITORAR ATIVIDADES
- GARANTIR PARTICIPAÇÃO SOCIAL
- VALIDAR ETAPAS E PRODUTOS

NÚCLEO GESTOR

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

CONFERÊNCIA FINAL

- ARTICULAÇÃO
- COORDENAÇÃO EXECUTIVA
- TRABALHO TÉCNICO
- INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL
- SUPORTE OPERACIONAL

EQUIPE TÉCNICA PM

EQUIPE TÉCNICA UFSC

- TRABALHO TÉCNICO
- APOIO PM
- DIAGNÓSTICO
- MAPEAMENTO TEMÁTICO
- SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS
- CAPACITAÇÃO DOS ATORES

**APOIO TÉCNICO
FORMAÇÃO E
SISTEMATIZAÇÃO**

OFICINAS TERRITORIAIS

**DIVULGAÇÃO
COLETA
MOBILIZAÇÃO**

**QUESTIONÁRIO
LEITURA COMUNITÁRIA
E SETORIAL**



Participa Anita

metodologia e cronograma



Cronograma

ABRIL / 2024						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
31	01	02	03	04	05	06
07	08	09	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	01	02	03	04

03 e 06/04

Realização da Segunda Rodada de Oficinas Diretrizes e Eixos Estratégicos



Leitura comunitária + Leitura técnica = Leitura da cidade

Leitura Comunitária

Acesse no site:
www.participaanita.sites.ufsc.br



Leitura Técnica

Acesse no site:
www.participaanita.sites.ufsc.br



Síntese da Leitura da Cidade

Acesse no site:
www.participaanita.sites.ufsc.br



<https://participaanita.sites.ufsc.br/biblioteca/>

Participa Anita

Leitura da Cidade

Temas estruturantes



TEMAS

BLOCO 01

- Macrozoneamento ●●
- Perímetro urbano e condicionantes ambientais ●●
- Centralidades ●●

BLOCO 02

- Mobilidade ●
- Redes de Espaços Livres ●●●●
- Turismo ●●●
- Patrimônio ●●

BLOCO 03

- Irregularidade fundiária ●●●●
- Possibilidades para uso e ocupação rural ●●●

BLOCO 04


- Políticas Setoriais ●
- Instâncias Participativas ●



Fichas de Manifestação

A dinâmica das fichas acontecerá a cada Bloco da seguinte forma:

- Apresentação dos temas e conteúdos;
- Indicação das diretrizes e estratégias propostas;
- Preenchimento da ficha com a avaliação do nível de importância da afirmação apresentada;

1	2	3	4	5
				

pouco importante muito importante

Revisão do Plano Diretor de Anitápolis

Assinale a opção pelo nível de importância.



BLOCO 01

Por favor, pontue o nível de importância das afirmações propostas para o Município, de 1 a 5, sendo 1 Pouco importante para o Município e 5 Muito importante para o Município.

MACROZONEAMENTO

O plano diretor deve considerar três macrozonas principais (urbana, ambiental e rural), com diretrizes adequadas a cada uma delas.

pouco importante					muito importante
1	2	3	4	5	

Se preferir, adicione um comentário:

PERÍMETRO URBANO, ÁREAS DE RISCO E CENTRALIDADE

O plano diretor deve qualificar a centralidade existente e propor novas centralidades, orientando o crescimento urbano para áreas com menor risco ambiental.

pouco importante					muito importante
1	2	3	4	5	

Se preferir, adicione um comentário:

PRINCÍPIOS

1. Equilíbrio socioambiental;
2. Gestão democrática da cidade;
3. Desenvolvimento econômico e social;
4. Pleno acesso aos equipamentos e serviços urbanos;
5. Uso e ocupação de áreas ambientalmente seguras;
6. Função social da cidade e da propriedade urbana;
7. Promoção da qualidade de vida nas áreas rurais e urbanas.



BLOCO 1

Macrozoneamento

Perímetro urbano e Condicionantes Ambientais

Centralidades



Macrozoneamento

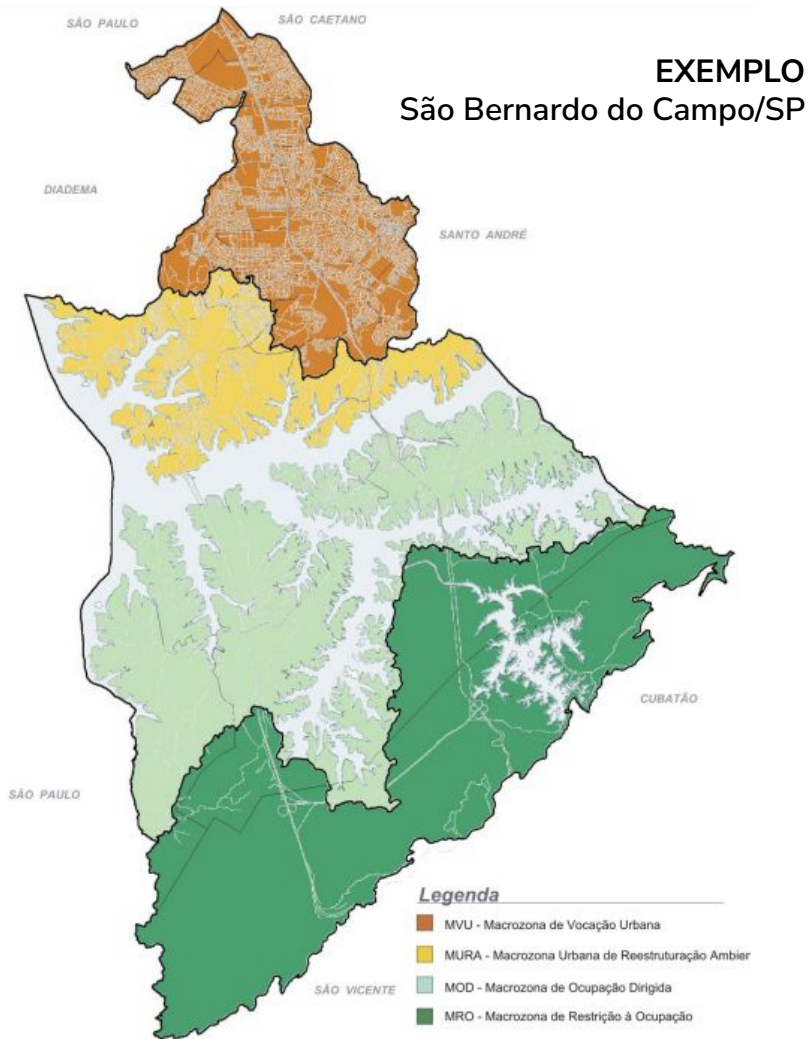


Macrozoneamento

O que é?

Dividem o território conforme as características de ocupação e de uso do solo de forma a orientar os objetivos, as estratégias e as ações relacionadas com a política de planejamento e gestão territorial e urbanística.

A delimitação das macrozonas também define o perímetro urbano.



Macrozoneamento

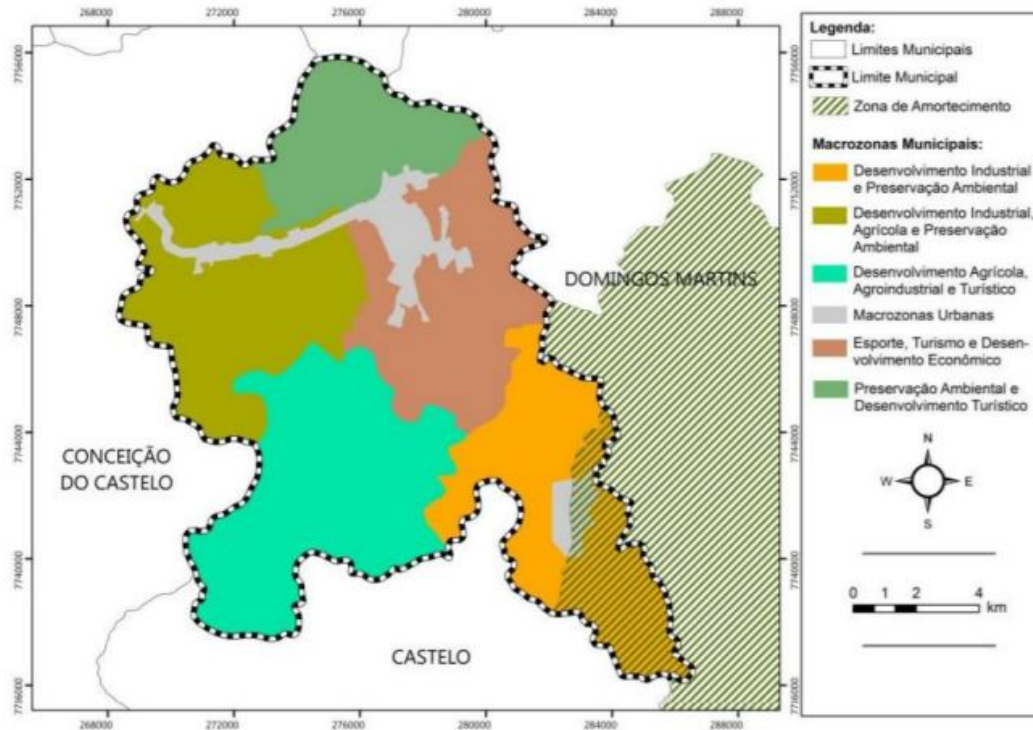


Exemplo São José/SC

Critérios para delimitação

- Dinâmica demográfica e socioeconômica
- Capacidade de infraestrutura e as condições do meio físico
- Necessidades de preservação ambiental e do patrimônio histórico
- Características de uso e ocupação existentes.

Macrozoneamento



Exemplo: Venda Nova do Imigrante / ES

Exemplos de Macrozona Rural

Principais características

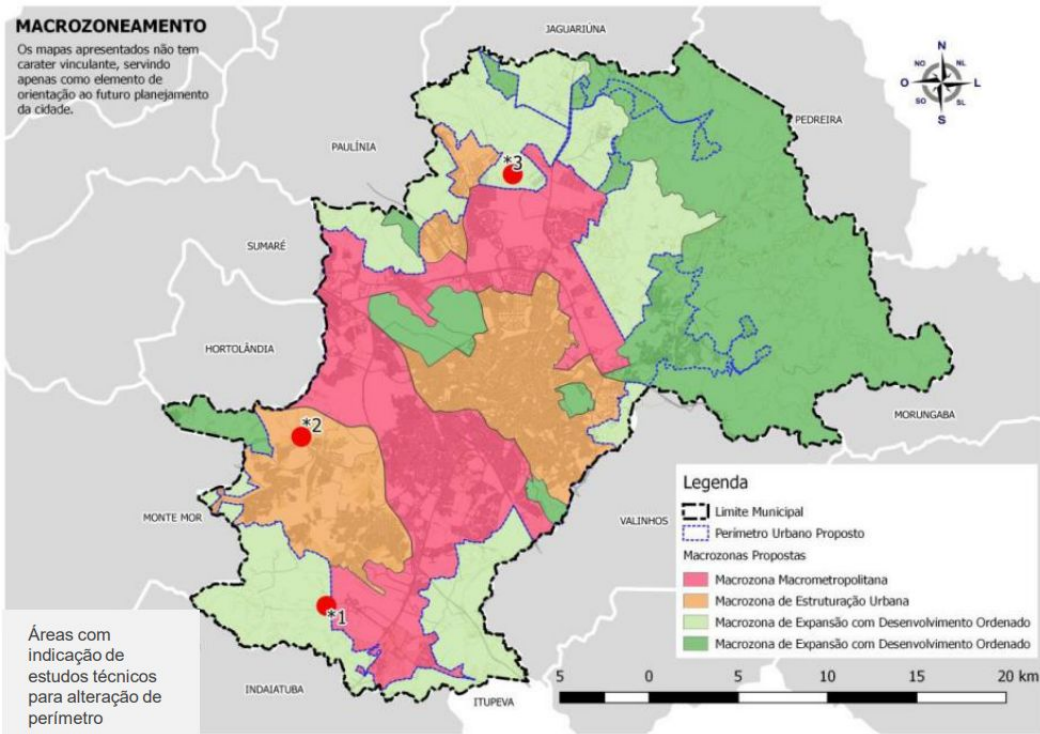
- Proteger a flora, fauna, recursos hídricos e paisagem natural, garantindo qualidade ambiental;
- Promover usos sustentáveis e incentivar o desenvolvimento de lazer, ecoturismo, agroecologia e produção orgânica;
- Coibir a irregularidade fundiária e a conformação de núcleos de ocupação informais
- Diversificação de atividades econômicas compatíveis com as condicionantes ambientais



Macrozoneamento

MACROZONEAMENTO

Os mapas apresentados não tem caráter vinculante, servindo apenas como elemento de orientação ao futuro planejamento da cidade.



Exemplo Campinas / SP











Macrozona Urbana

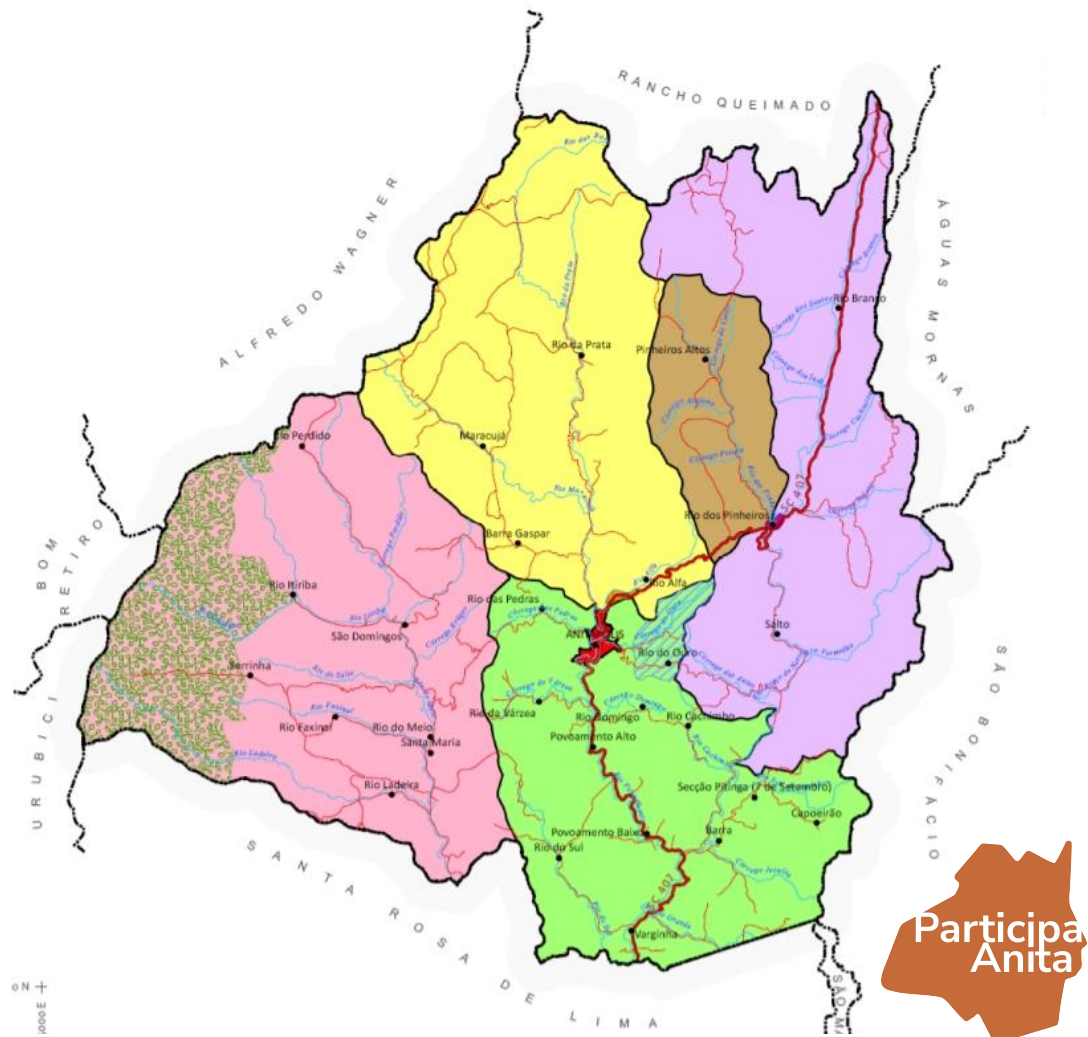
Principais características

- Fomentar centralidades atreladas às estruturas de mobilidade
- Incentivar a ocupação de vazios urbanos
- Qualificar e ampliar a oferta de áreas públicas e de lazer
- Viabilizar maior integração urbana
- Promover a conservação, preservação e recuperação ambiental



Macrozoneamento atual do PDP Anitápolis

-  Macrozona Urbana
-  Macrozona do Maracujá
-  Macrozona da Mineração
-  Macrozona do Rio do Meio
-  Macrozona do Povoamento
-  Macrozona do Braço do Norte
-  Área de Preservação Permanente do Campo dos Padres
-  Área de Preservação de Manancial do Córrego do Ouro
-  Área Especial de Interesse Urbanístico e Econômico
-  Área Especial de Interesse Comercial e Industrial



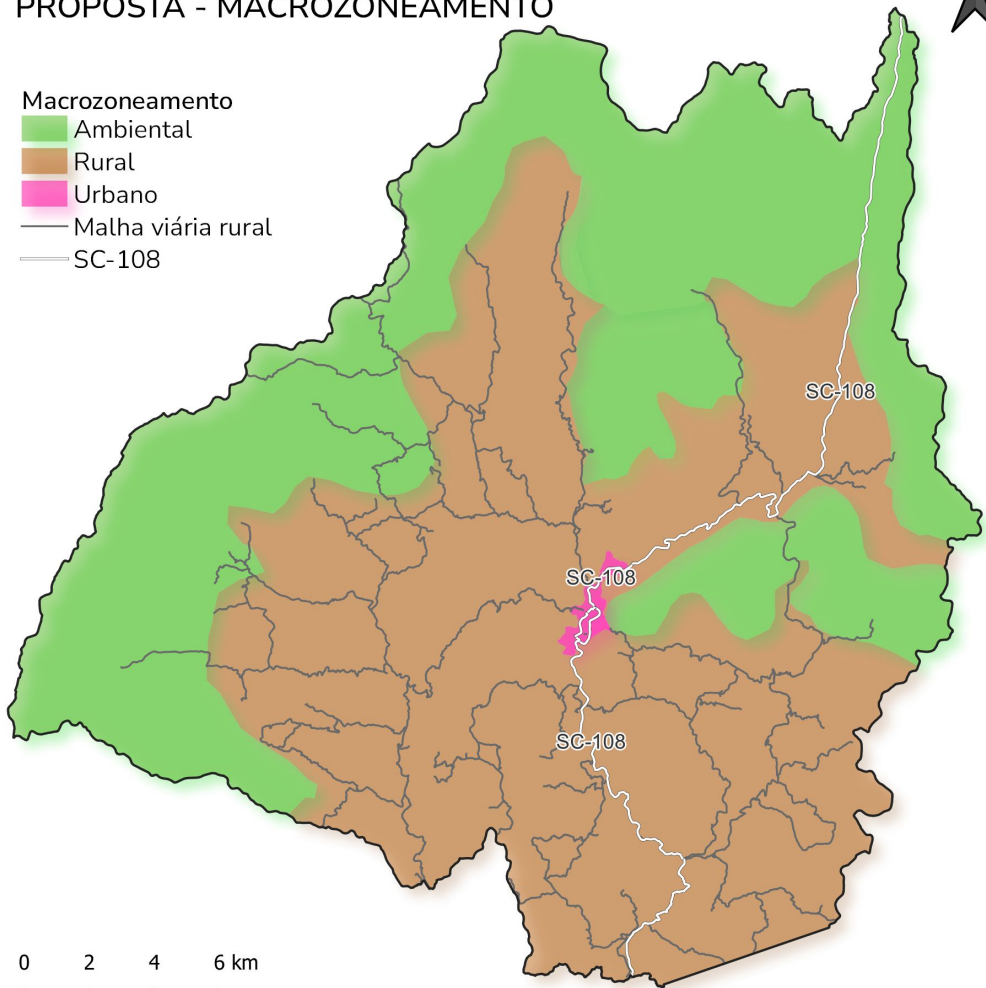
Macrozoneamento

Características Macrozoneamento PDP Anitápolis

Características	URBANA	RIO DO MEIO	MARACUJÁ	POVOAMENTO	BRAÇO DO NORTE	MINERAÇÃO
Densidade Populacional	relativamente alta	baixa	baixa	baixa	baixa	-
Questão Ambiental	possui conflitos ambientais	possui conflitos ambientais	possui conflitos ambientais	possui conflitos ambientais	possui conflitos ambientais	possui conflitos ambientais
Equipamentos Comunitários	concentra os equipamentos comunitários	carente em equipamentos comunitários	carente em equipamentos comunitários	carente em equipamentos comunitários	carente em equipamentos comunitários	-
Atividades Econômicas	comércio e serviços	atividades baseadas na agropecuária	atividades baseadas na agropecuária	atividades baseadas na agropecuária	atividades baseadas na agropecuária	atividades baseadas na mineração
Sistema Viário	poucas vias possuem pavimentação e calçadas para pedestres	sistema viário precário	sistema viário precário	sistema viário precário	sistema viário precário	-
Patrimônio	possui relevante patrimônio histórico e cultural	possui relevante patrimônio natural e paisagístico	possui relevante patrimônio histórico	possui relevante patrimônio histórico e cultural	possui relevante patrimônio histórico e cultural	-

PROPOSTA - MACROZONEAMENTO

- Macrozoneamento
- Ambiental
 - Rural
 - Urbano
 - Malha viária rural
 - SC-108



Proposta

- **Macrozona Ambiental:** concentração de áreas de proteção ambiental (nascentes, cursos d'água, morros, unidades de conservação).
- **Macrozona Rural:** situada fora do perímetro urbano, onde há predominância de atividades rurais e à proteção ambiental.
- **Macrozona Urbana:** porção urbanizada do território da Sede do Município, apresenta diferentes graus de ocupação e infra-estrutura urbana.

Participa
Anita

OBJETIVOS

Macrozona Ambiental

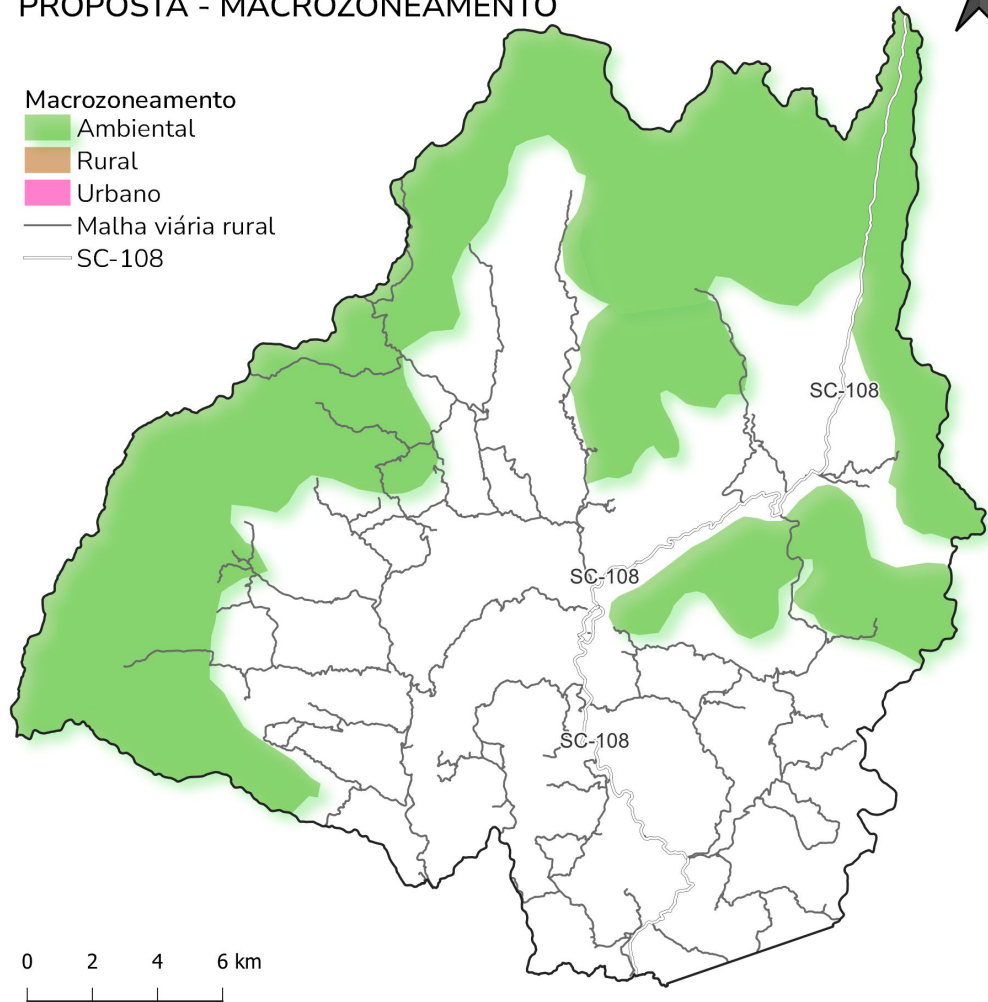
- Garantir a proteção e recuperação ambiental;
- Fomentar iniciativas e ações de preservação e conservação dos ecossistemas e da paisagem;
- Fortalecer os corredores ecológicos;
- Promover o desenvolvimento de usos e manejos sustentáveis.

Participa
Anita

PROPOSTA - MACROZONEAMENTO

Macrozoneamento

- Ambiental
- Rural
- Urbano
- Malha viária rural
- SC-108



OBJETIVOS

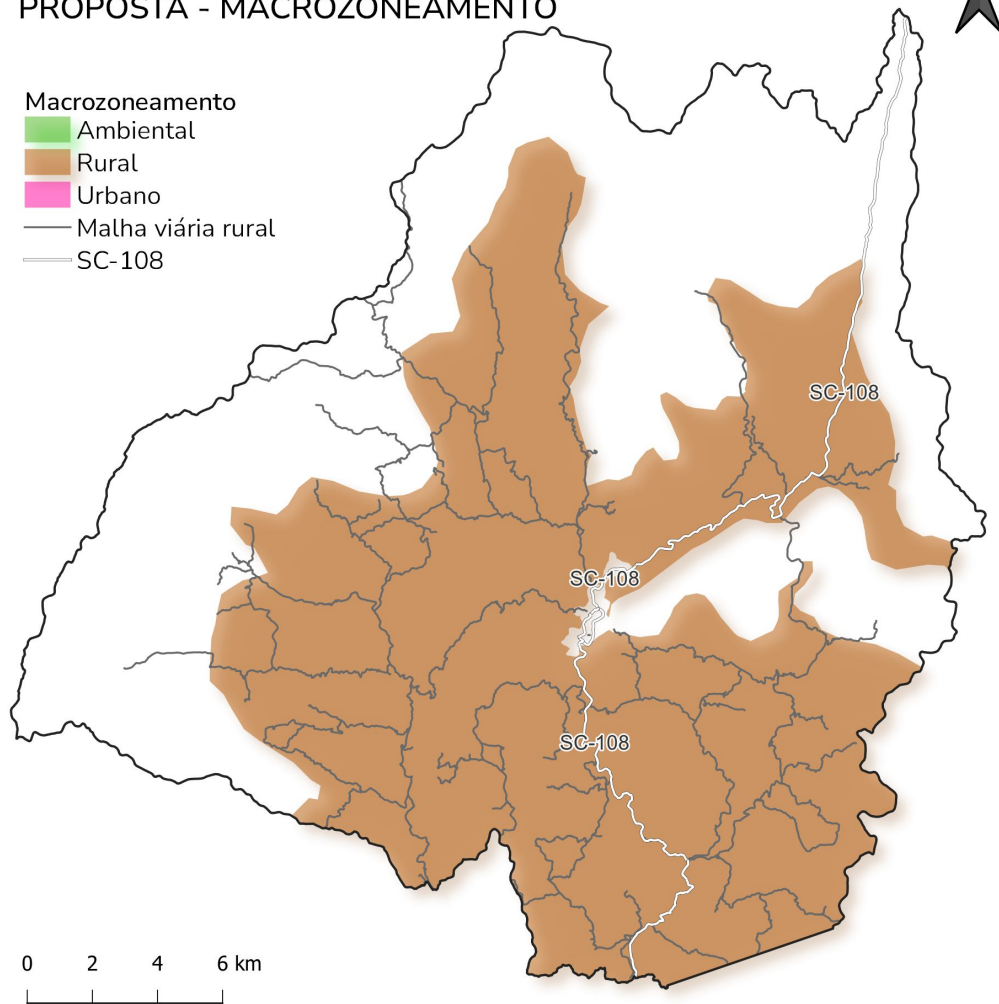
Macrozona Rural

- Fortalecer as atividades rurais e permanência no campo;
- Promover a diversificação das atividades econômicas, compatíveis com as condicionantes ambientais;
- Incentivar a preservação do patrimônio histórico em associação com o potencial turístico;
- Proteger integralmente a flora, fauna, recursos hídricos e paisagem natural, garantindo qualidade ambiental;
- Promover uso sustentável e incentivar o desenvolvimento de lazer, ecoturismo, agroecologia e produção orgânica;
- Melhorar o sistema viário para escoamento da produção e transporte escolar.

PROPOSTA - MACROZONEAMENTO

Macrozoneamento

- Ambiental
- Rural
- Urbano
- Malha viária rural
- SC-108

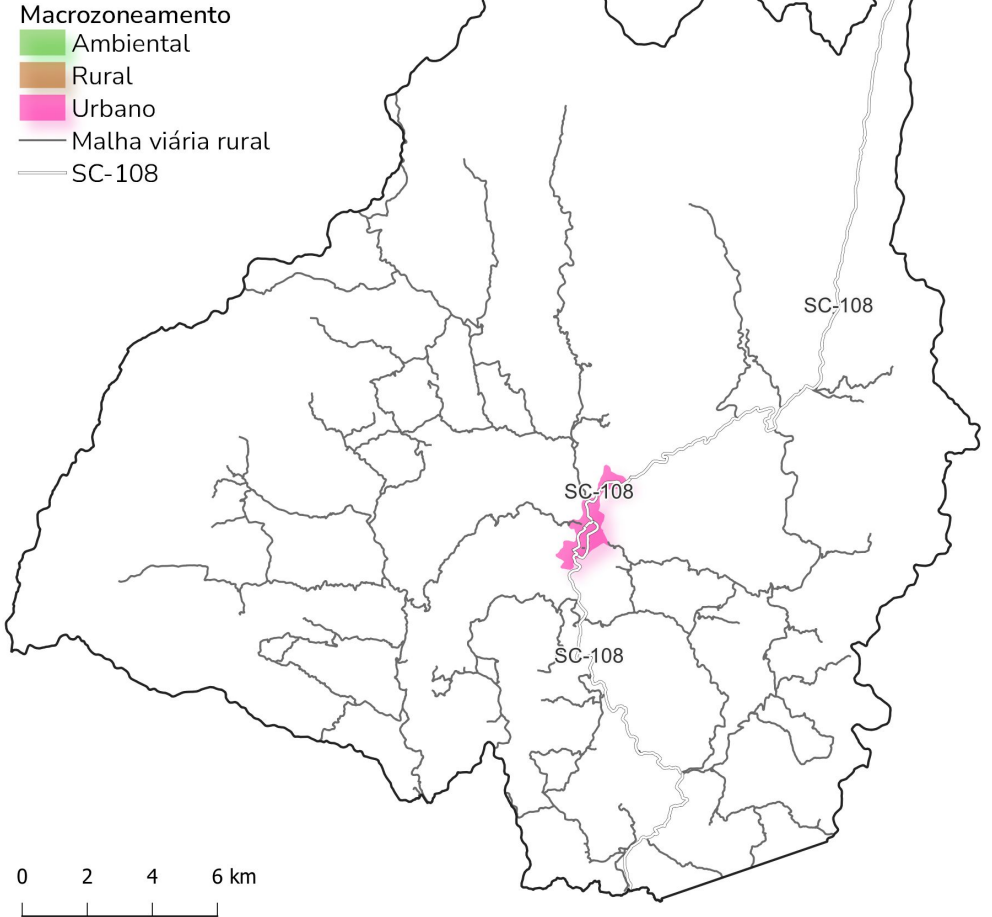


OBJETIVOS

Macrozona Urbana

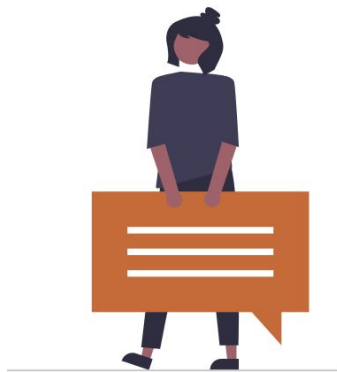
- Promover a qualificação urbanística das áreas urbanizadas;
- Incentivar o adensamento moderado da ocupação urbana nas áreas com infraestrutura, condições ambientais adequadas;
- Promover a diversificação das atividades econômicas, compatíveis com as condicionantes ambientais;
- Promover a regularização fundiária;
- Preservar os rios e suas margens;
- Melhorar e equipar o sistema viário e de mobilidade urbana;
- Incentivar a ocupação dos terrenos subutilizados em áreas com infraestrutura;
- Ampliar e melhorar as infraestruturas de saneamento básico.

PROPOSTA - MACROZONEAMENTO



MACROZONEAMENTO

O plano diretor deve considerar três macrozonas principais (urbana, ambiental e rural), com diretrizes adequadas a cada uma delas.

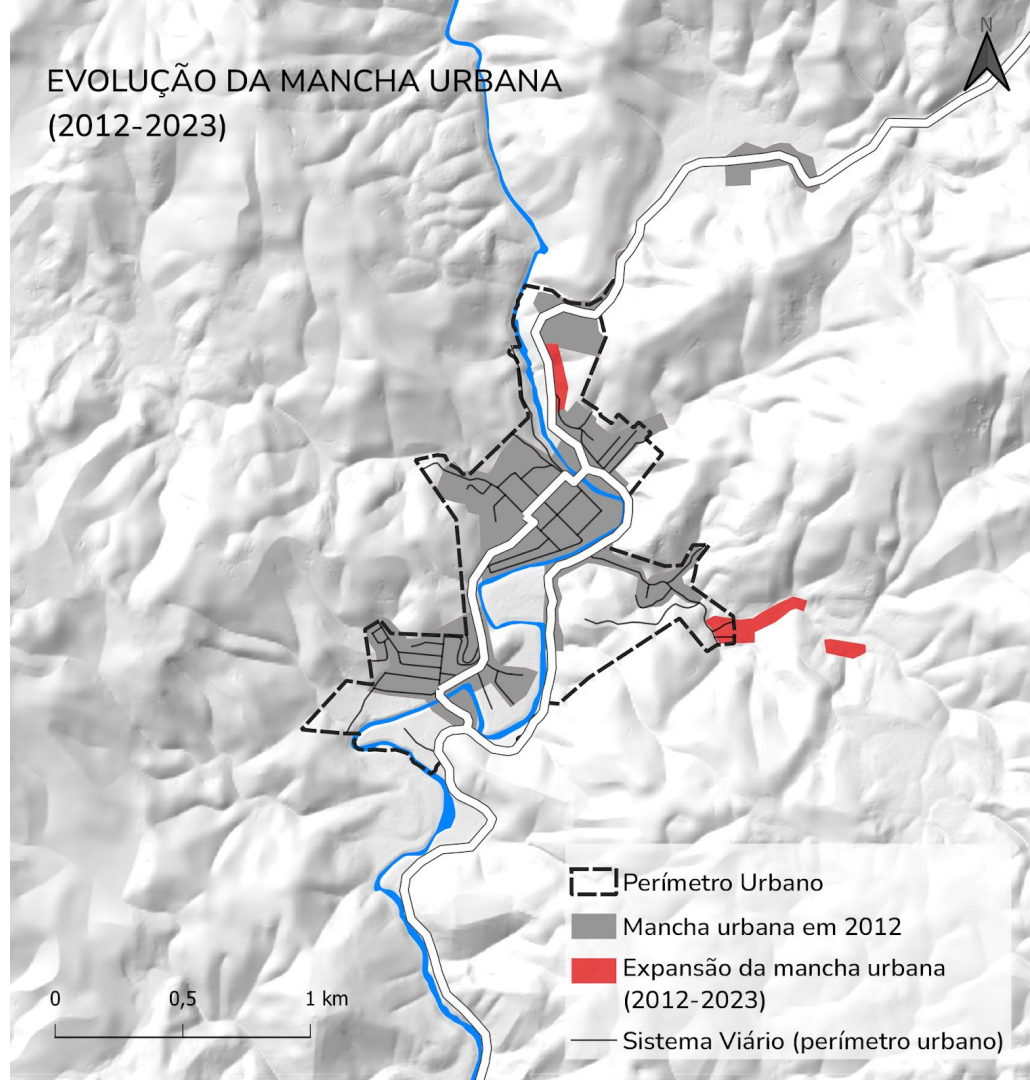


Perímetro Urbano e Condicionantes Ambientais



Perímetro urbano

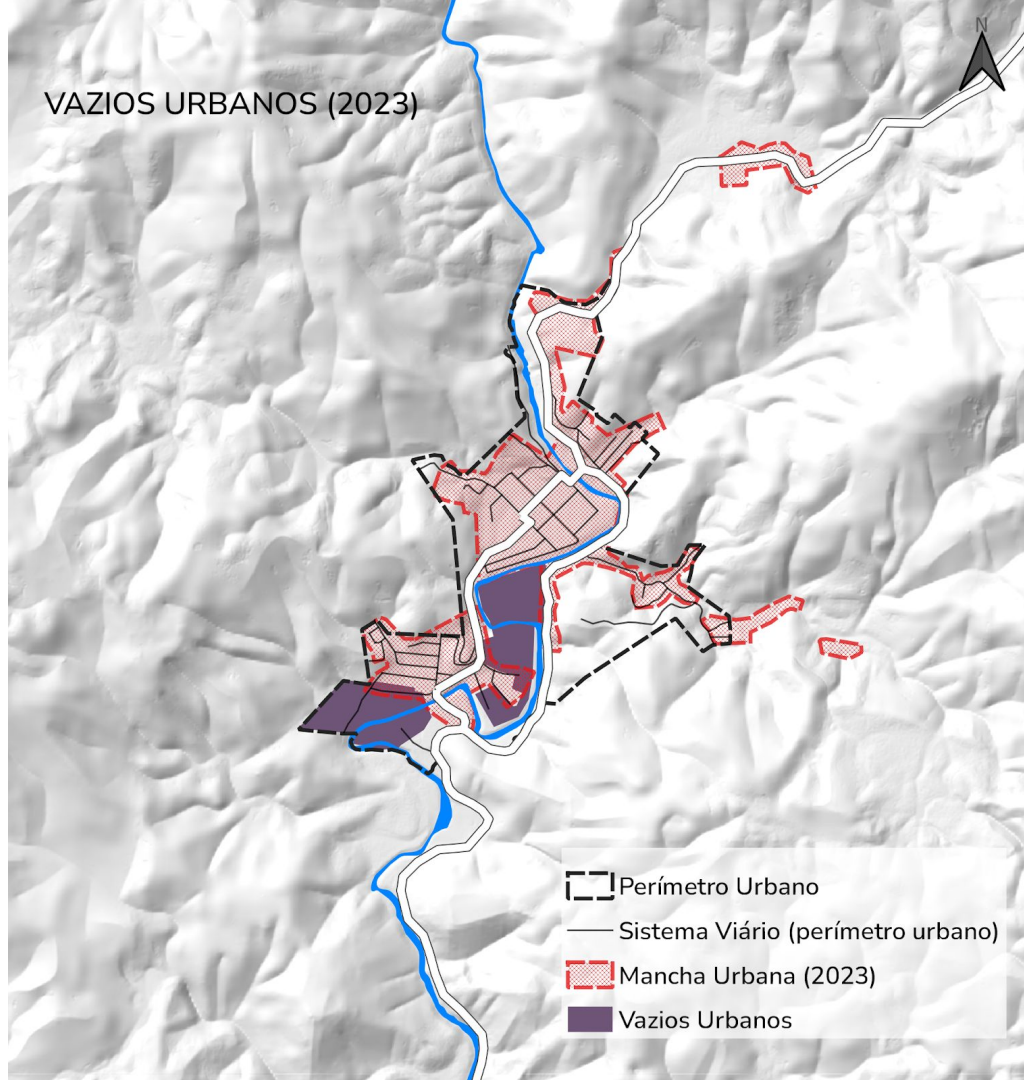
A **Macrozona Urbana** define o perímetro urbano, sendo a área urbana do Município, em que é possível realizar ao parcelamento do solo urbano.



Perímetro urbano

O atual perímetro apresenta algumas características:

- Perímetro urbano com poucas áreas de expansão
- Consideráveis vazios urbanos;
- Demarcado em área consolidada propensa a desastres ambientais e com suscetibilidade;
- Ocupação que margeia a SC principal e a calha do Rio Tubarão.

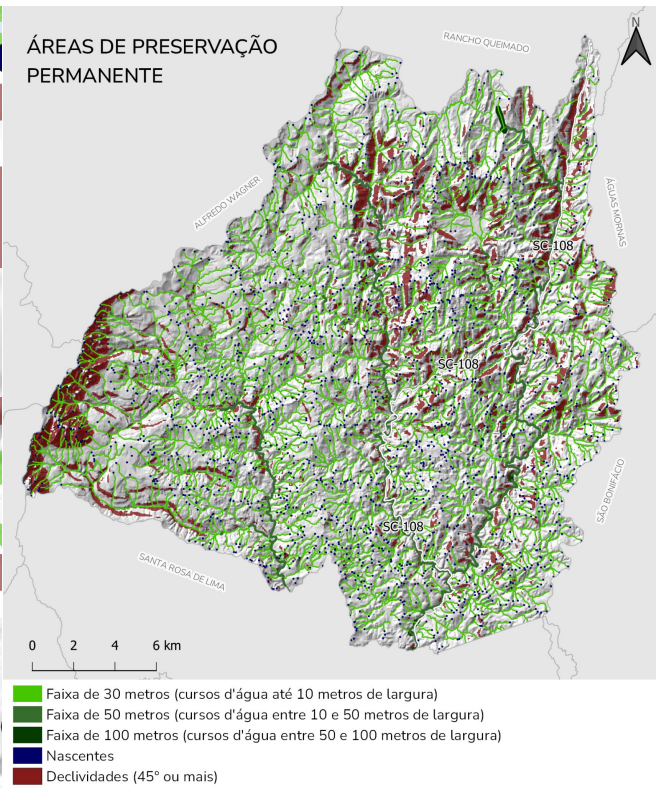
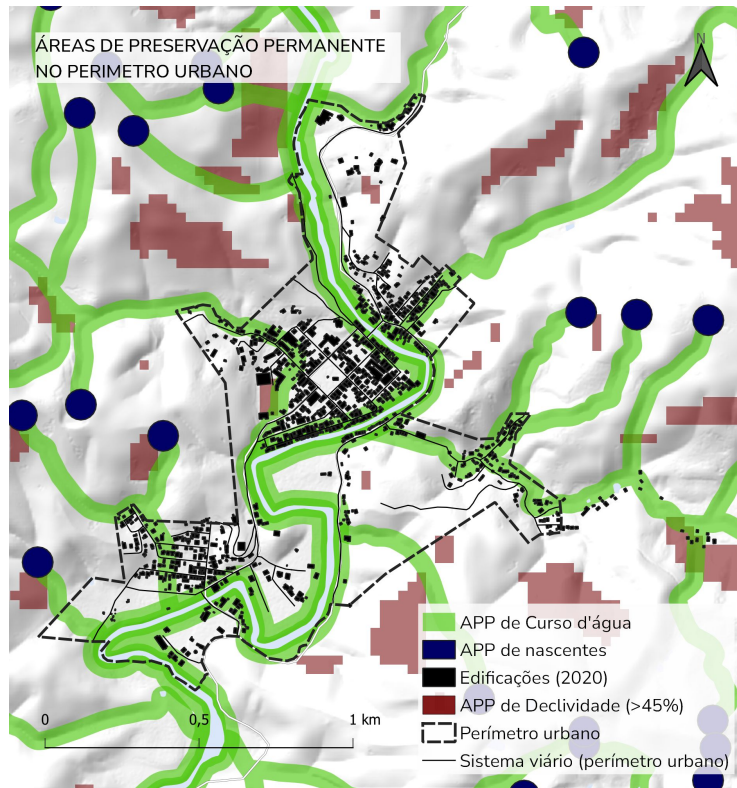


Perímetro urbano

ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

- A distribuição das APPs de declividade, cursos d'água e nascentes, evidencia a grande quantidade de **áreas a serem protegidas**.

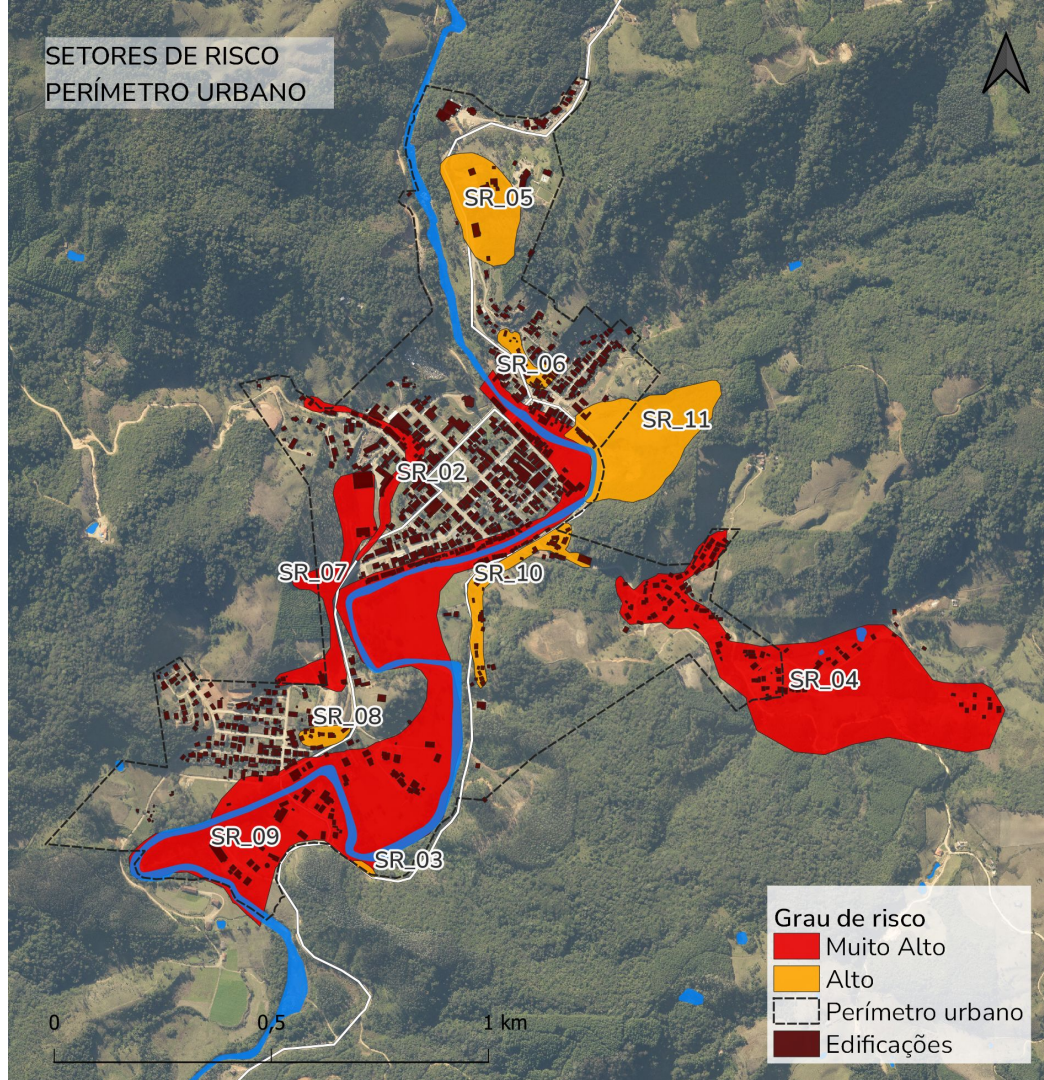
- Destaca-se as áreas de **preservação próxima aos rios e nascentes**, que devem seguir a Lei Federal nº12.651/2012.



Perímetro urbano

SETORES DE RISCO NO PERÍMETRO URBANO

- Existência de áreas com **alta suscetibilidade e risco muito alto para movimentos de massa no perímetro urbano;**
- **33,8% do perímetro urbano** encontra-se em alguma área suscetível a desastres;
- **278 edificações** encontram-se dentro de algum dos 10 setores de risco existentes na área central.

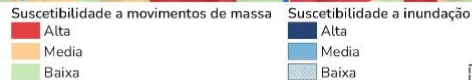
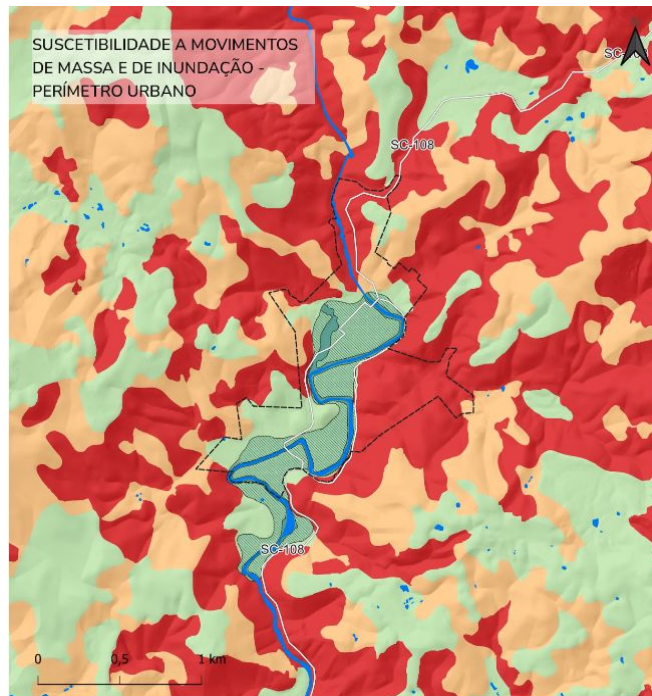


Perímetro urbano

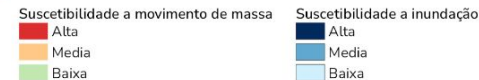
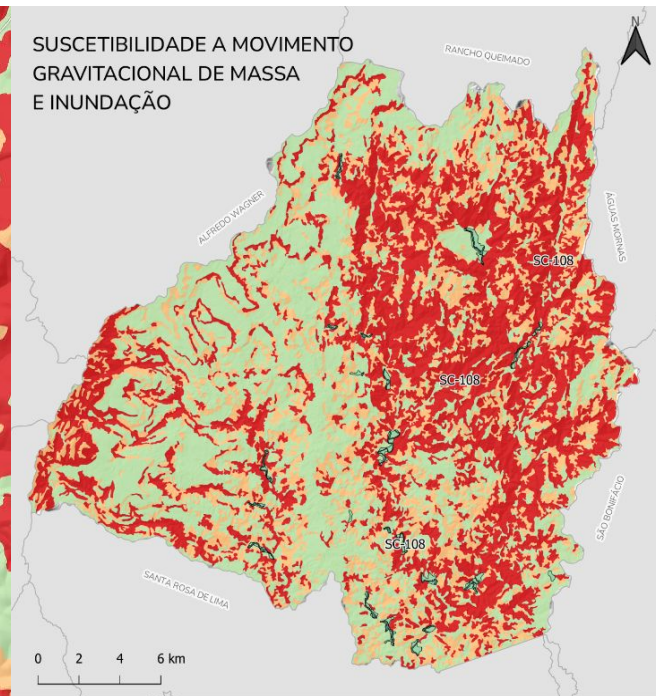


ÁREAS DE SUSCETIBILIDADE A MOVIMENTOS DE MASSA E INUNDAÇÕES

- As áreas de suscetibilidade são regiões que apresentam **possibilidade da ocorrência de desastres**, que podem ser intensificados com a ocupação urbana;
- O entorno do **perímetro urbano** está restrito a poucas áreas de **baixa suscetibilidade**.



Perímetro Urbano



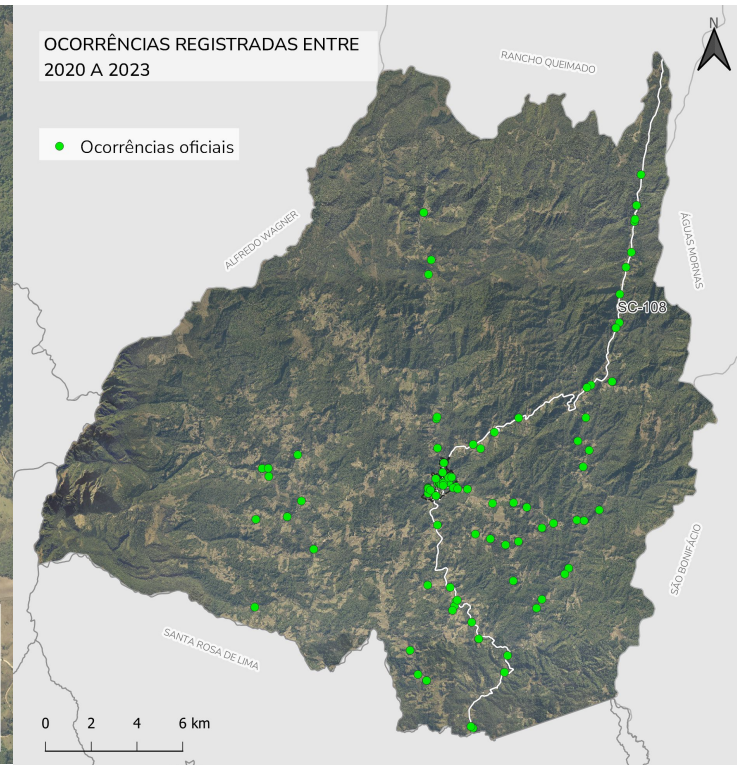
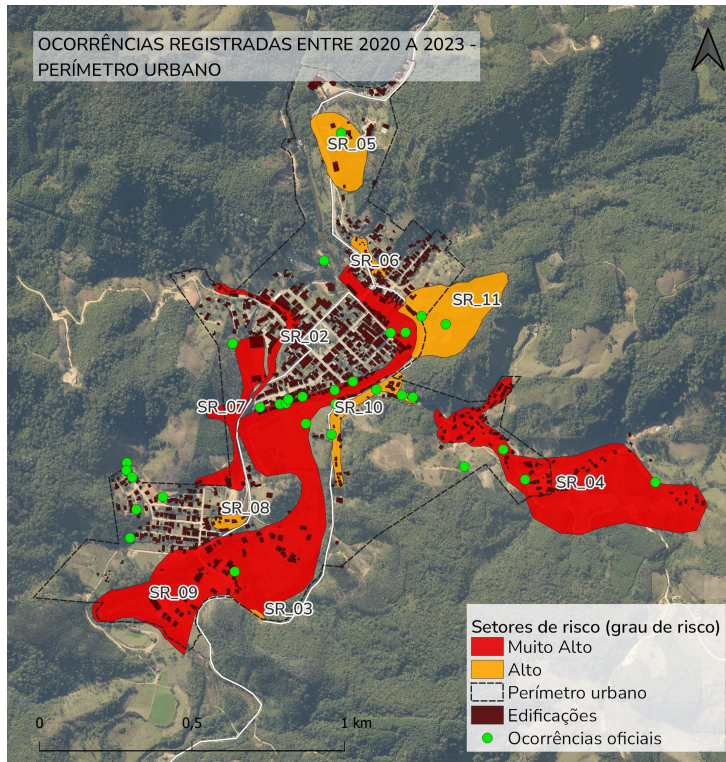
Perímetro urbano



OCORRÊNCIA DE DESASTRES

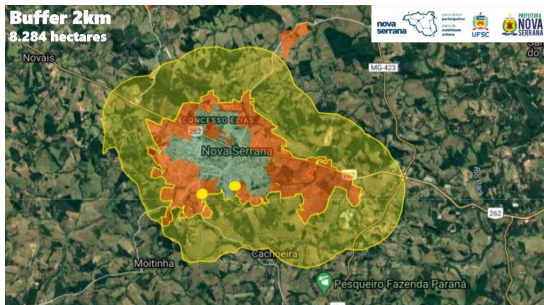
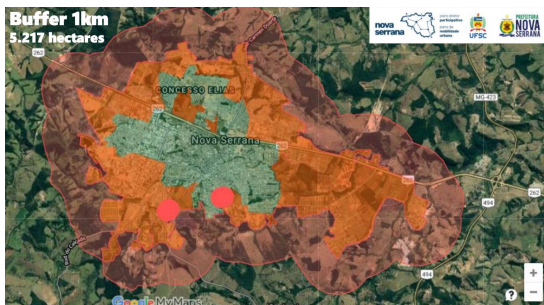
- Entre 2020 e 2023 uma série de **desastres associados a inundações e deslizamentos** foram registrados no perímetro urbano.

- Somam ao todo **29 ocorrências.**

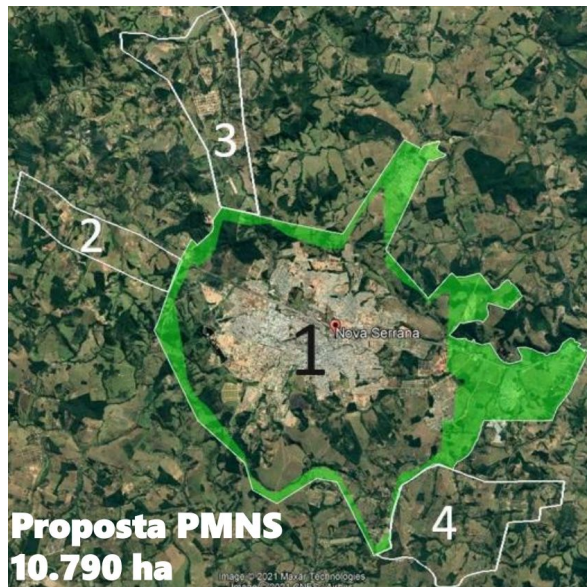


Perímetro urbano - Custos de urbanização

estudos e análises

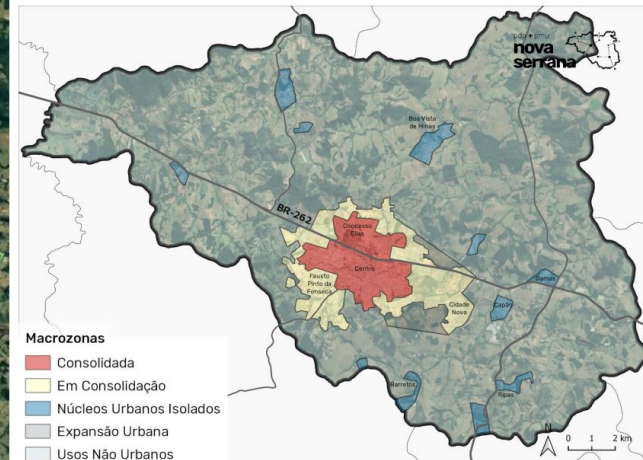


proposta
prefeitura



proposta
UFSC

Proposta UFSC
3.802 hectares



Perímetro urbano - Custos de urbanização

Exemplo Nova Serrana

Alternativas	Nova área urbanizada (ha)	75 hab/hectare	100 hab/hectare	150 hab/hectare	300 hab/hectare	600 hab/hectare
Custo da Urbanização (2020)		R\$ 754.535,06	R\$ 771.048,47	R\$ 779.255,11	R\$ 893.747,68	R\$ 971.903,46
Proposta UFSC	340,91	R\$ 257.228.546,50	R\$ 262.858.132,71	R\$ 265.655.860,19	R\$ 304.687.519,99	R\$ 331.331.607,87
Proposta PMNS	8036	R\$ 6.063.443.723,20	R\$ 6.196.145.476,63	R\$ 6.262.094.079,07	R\$ 7.182.156.318,87	R\$ 7.810.216.188,49
Dobrando área urbana consolidada	1.040	R\$ 784.716.459,95	R\$ 801.890.405,14	R\$ 810.425.316,36	R\$ 929.497.582,33	R\$ 1.010.779.596,32
Dobrando área em consolidação	2.163	R\$ 1.632.059.329,68	R\$ 1.667.777.833,00	R\$ 1.685.528.807,00	R\$ 1.933.176.221,72	R\$ 2.102.227.179,65
Polígono convexo	1.207	R\$ 910.723.814,57	R\$ 930.655.499,04	R\$ 940.560.920,04	R\$ 1.078.753.444,11	R\$ 1.173.087.473,81
Buffer 1km	3.477	R\$ 2.623.518.395,41	R\$ 2.680.935.517,95	R\$ 2.709.470.024,01	R\$ 3.107.560.667,09	R\$ 3.379.308.323,47
Buffer 2km	6.532	R\$ 4.928.622.996,50	R\$ 5.036.488.583,05	R\$ 5.090.094.390,80	R\$ 5.837.959.815,19	R\$ 6.348.473.387,66

- Orçamento municipal anual (2019): 233 milhões
- Representa 26 anos de todo o orçamento municipal.
- Não considera: custo para equipamentos de saúde, educação, lazer, manutenção, iluminação pública, serviços de coleta de lixo, etc.
- Proposta da PMNS é 24x mais cara.

Metodologia delimitação do perímetro urbano

O QUE PRECISA SER CONSIDERADO PARA DELIMITAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO?

A caracterização das condicionantes ambientais são fundamentais para a definição e análise do perímetro urbano, possibilitando a ocupação em áreas sem risco de desastres e sem restrições ambientais.



Carta de Suscetibilidades a Movimentos de massa e inundações

Áreas de Preservação Permanentes - APPs

Áreas de alta declividade

Áreas de Risco

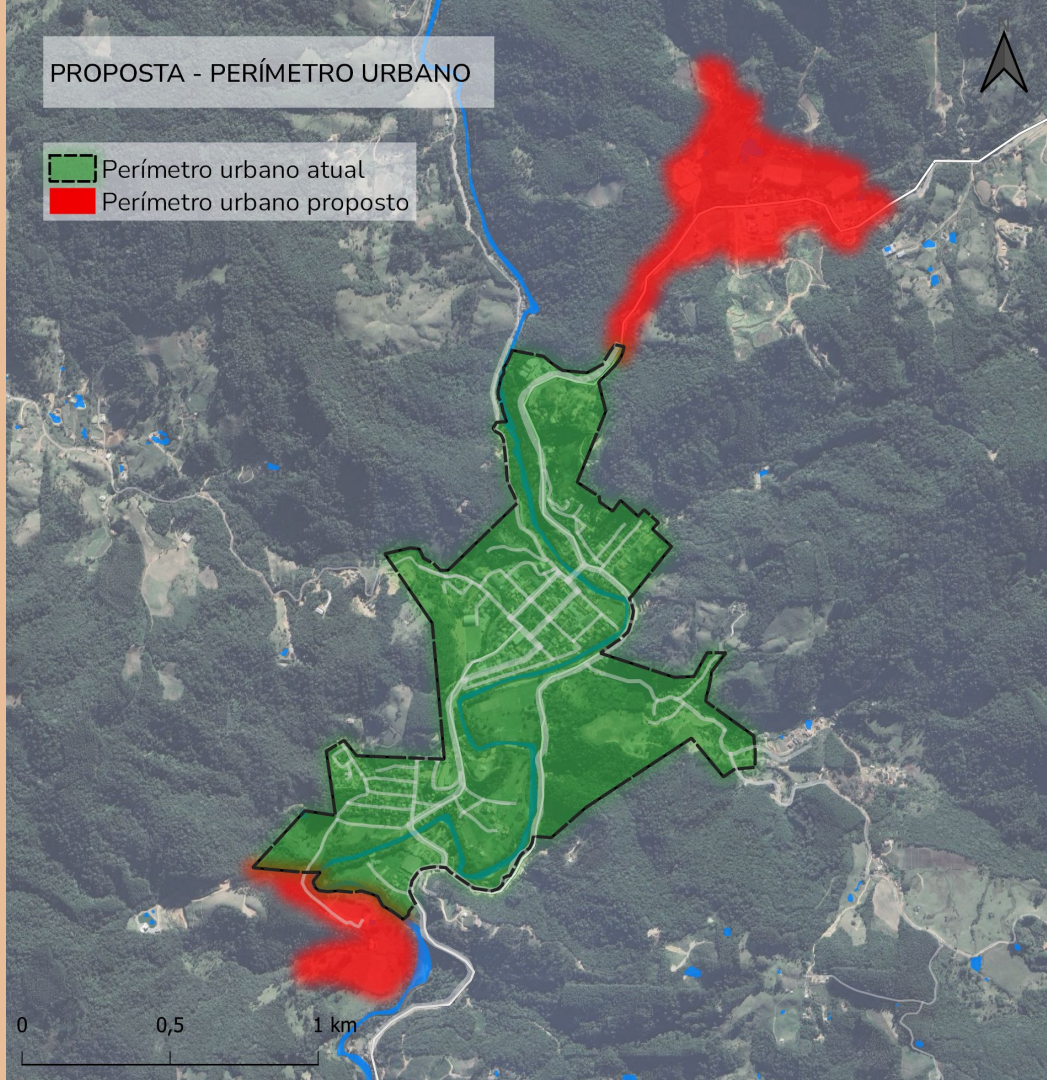
Ocorrência de Desastres

Sugestão de Ampliação do Perímetro urbano

Aspectos considerados para delimitação (além das condicionantes ambientais):

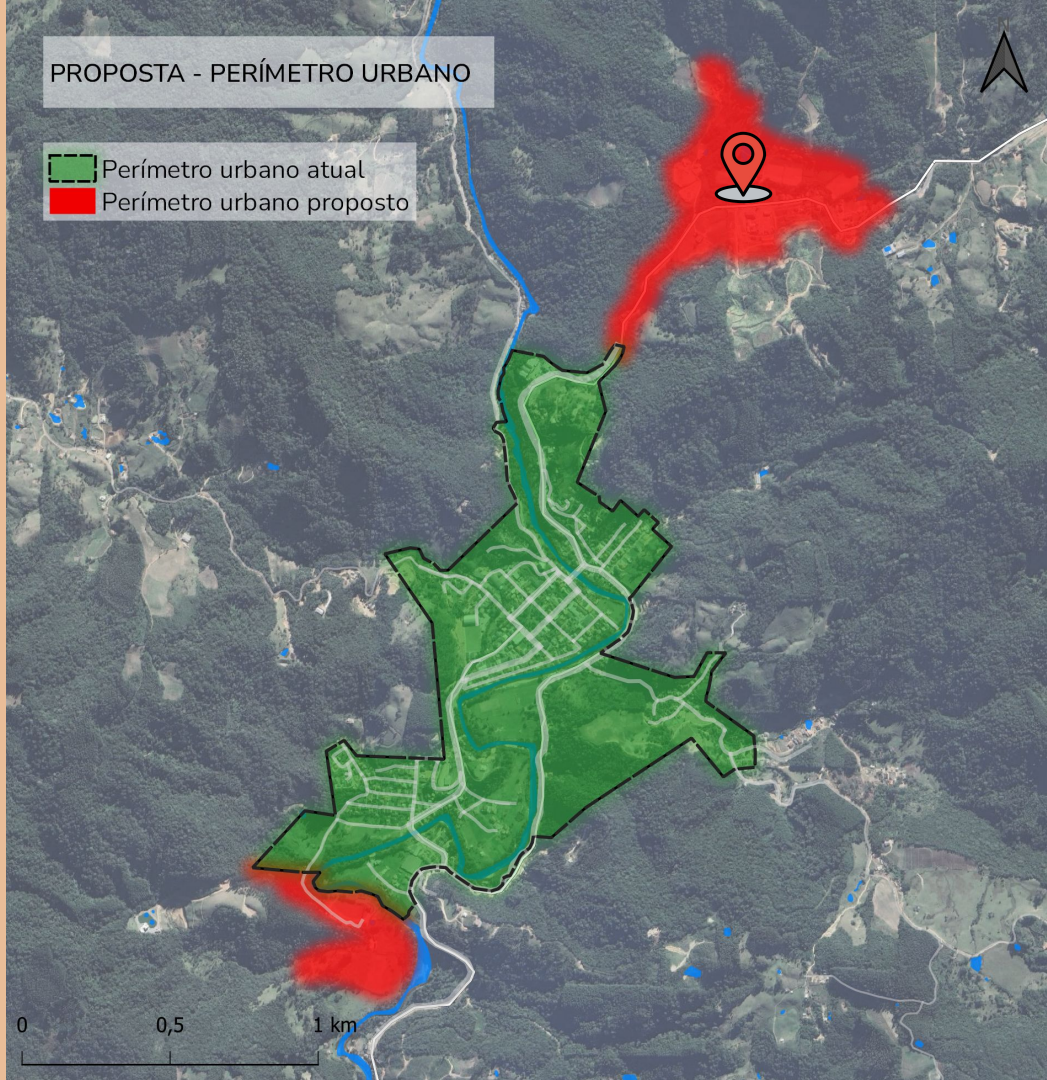
Contemplando:

- centralidades urbanas;
- concentração de edificações;
- via alternativa de conexão pelo sul;
- área para desenvolvimento empresarial, indústrias de pequeno porte e baixo impacto próximas do perímetro;
- custos de urbanização;
- conexões entre as centralidades.



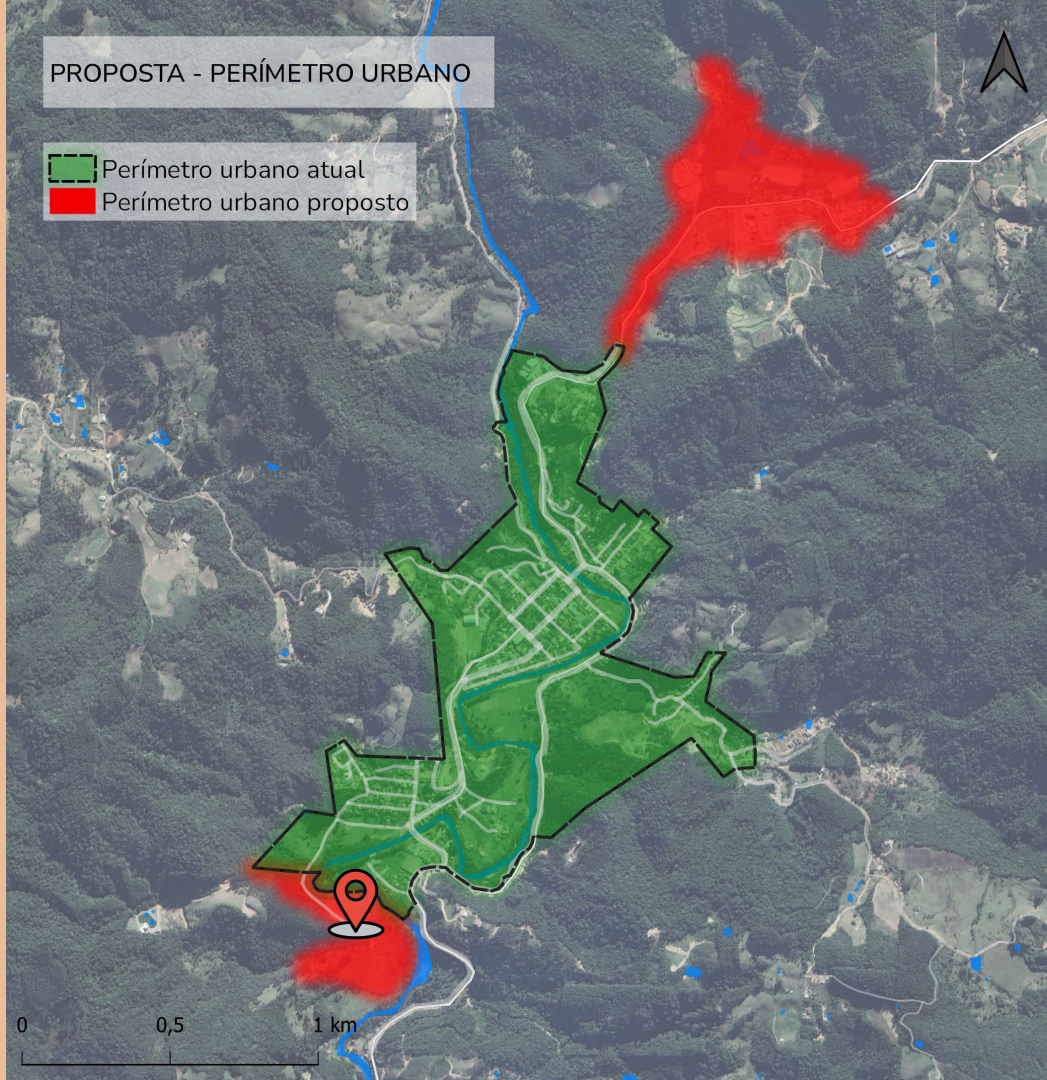
Levantamento com drone

Área de Ampliação Proposta



Levantamento com drone

Área de Ampliação Proposta

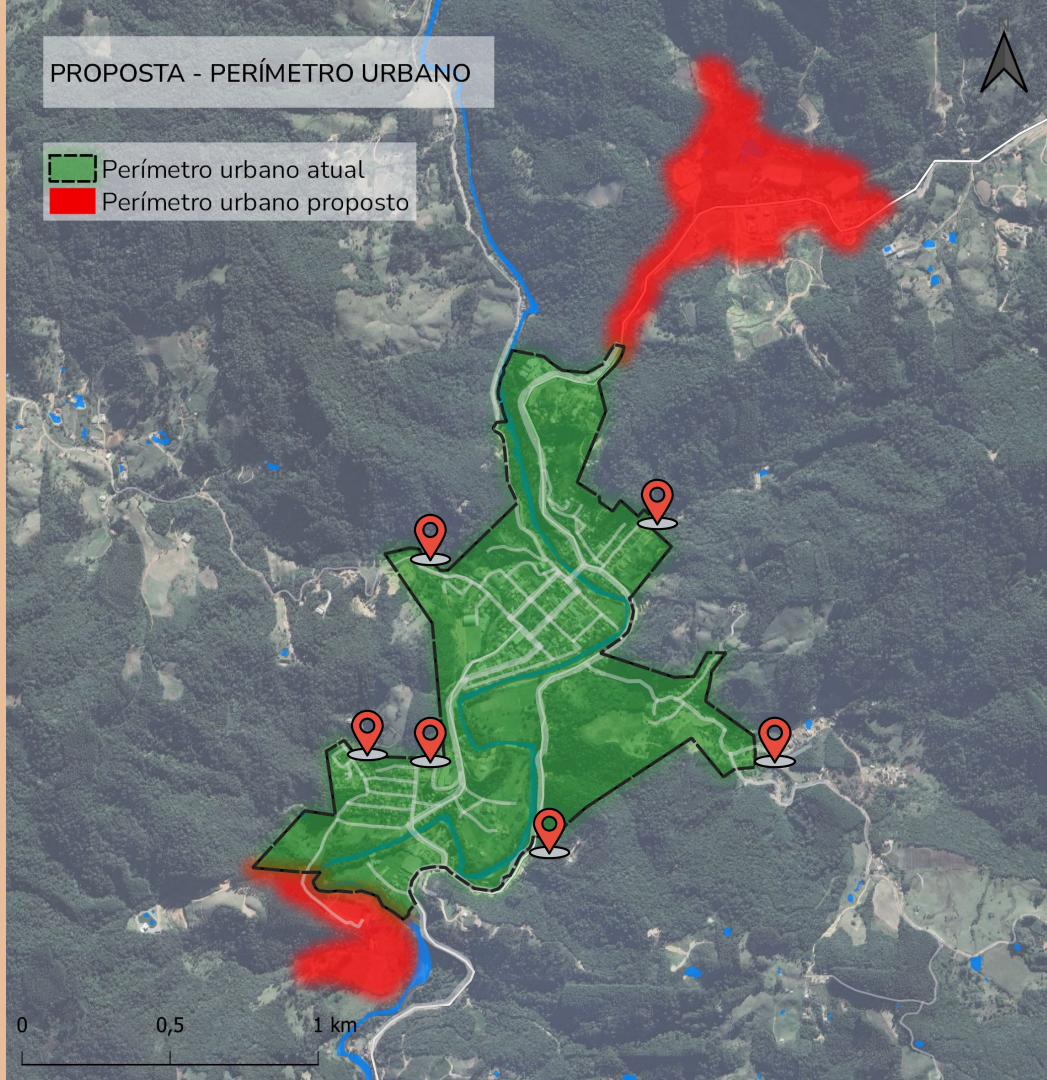


Sugestão de readequação do perímetro urbano atual

Regiões em que há irregularidades no limite do perímetro urbano;

Observações:

- Sobreposição do limite sobre edificações;
- Lotes cortados no meio pelo limite;
- Locais com relevante crescimento urbano fora do perímetro urbano atual;
- **Análise** das possibilidades de readequação de áreas e inserção delas ao perímetro urbano.



Levantamento com drone

Área em Análise

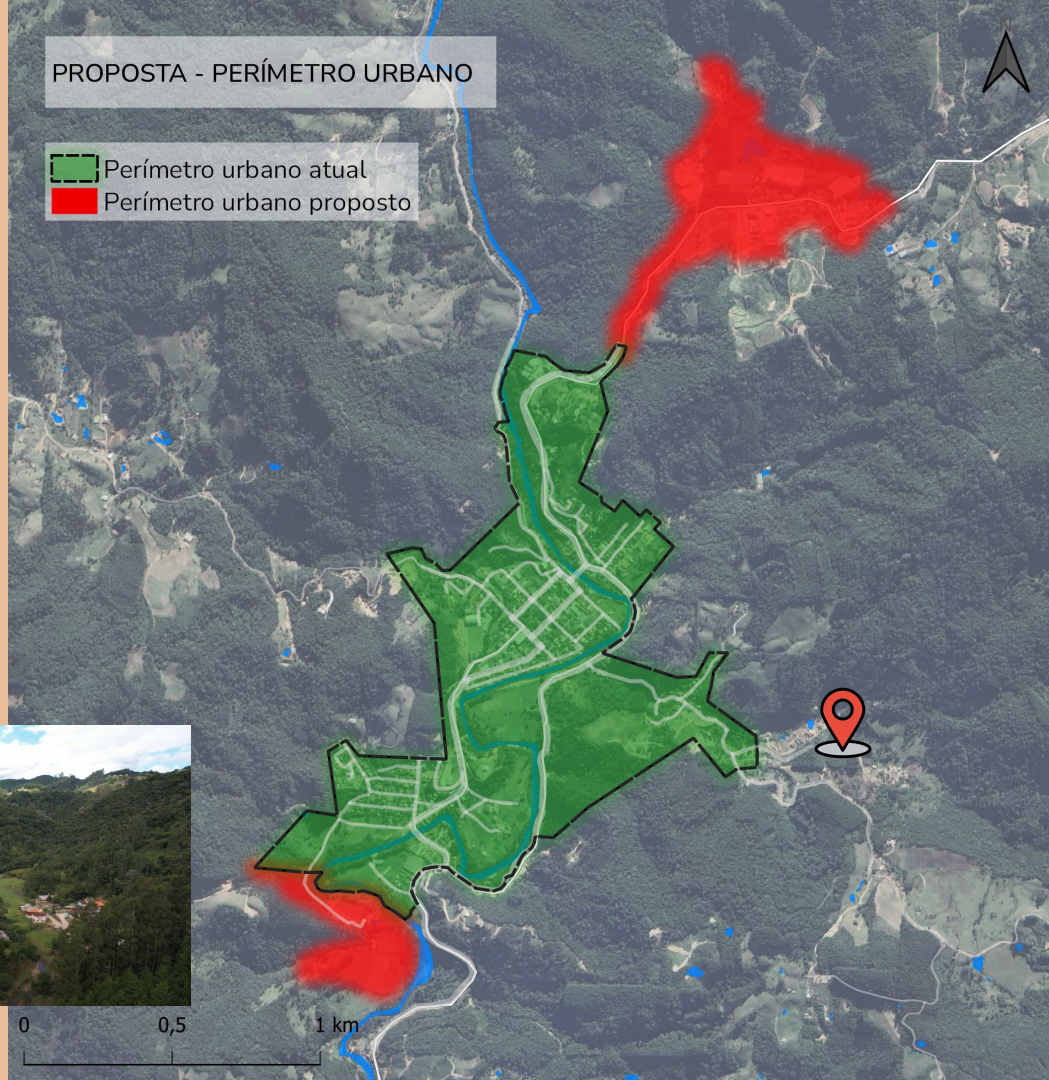
Região em que há irregularidades no limite do perímetro urbano associada a área de suscetibilidade

Observações:

- Área em processo de consolidação;
- Fora do perímetro urbano;

Conflitos ambientais:

- Suscetibilidade associada
- Área do Manancial.



Estimativa populacional do perímetro



Considerando...

- Área bruta disponível para novas ocupações (ha): 17,9
- Porcentagem de urbanização: 35%
- Porcentagem de uso não residencial estimado: 10%
- Estimativa de 2,7 pessoas por unidade residencial
- Cálculo aproximado considerando casas unifamiliares

**ESTIMATIVA NAS ÁREAS
DE AMPLIAÇÃO DO
PERÍMETRO**

Aprox.

1.500 pessoas

Centralidade

Participa
Anita

Centralidades

O que é?

Uma área urbana acessível com concentração diversificada de emprego, comércio, serviços públicos e privados, habitação e equipamentos de cultura e lazer.



Fonte: Macedo et al. (2018, p. 17)1

Sistema de centros de cidadania

Praça Roberto Beppler



Centralidades e Monofuncionalidade

EXCLUSIVAMENTE RESIDENCIAL

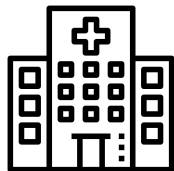


MISTO



Centralidades

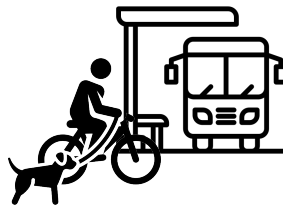
Uso do solo residencial e não residencial (comercial, serviços, industrial e institucional)



Oferta de equipamentos urbanos e sociais



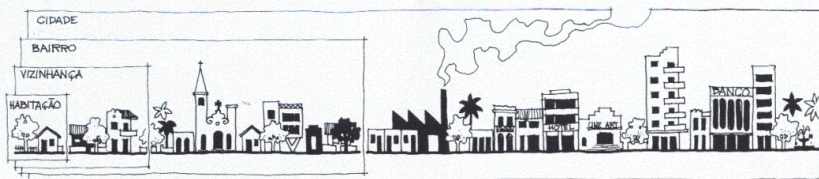
Estratégias de mobilidade:
como apoio a população
dispersa no território



Centralidades e Equipamentos

O que podem conter?

1. Educação básica
2. Saúde básica
3. Espaços públicos/lazer/cultura
4. Incentivo ao comércio local
5. Suporte ao cidadão



Distribuição dos equipamentos segundo escalas urbanas e agentes de implantação

agente		equipamentos	escalas urbanas		
privado	público		vizinhança	bairro	cidade
P	M E F	Creche	●		
P	M E F	Pré-escolar	●		
P	M E	Escola de 1º grau	●		
P	M E F	Escola de 2º grau		●	●
P	M E F	Centro de ação social		●	●
P	M E F	Postos de saúde e hospital		●	●
	M	Praças e áreas verdes	●	●	●
	M E	Parques			●
	M E F	Reserva florestal			●
P	M	Cemitério			●
P	M	Mercado		●	
P	M E	Matadouro			●
	E	Corpo de Bombeiros			●
	E	Posto policial			●
	E	Posto telefônico			●
	F	Correios e telégrafos			●
P	M E	Rodoviária			●
	M E F	Edifícios públicos adm.		●	●
	M E	Instal. de infra-estrutura			●

Centralidades e Equipamentos

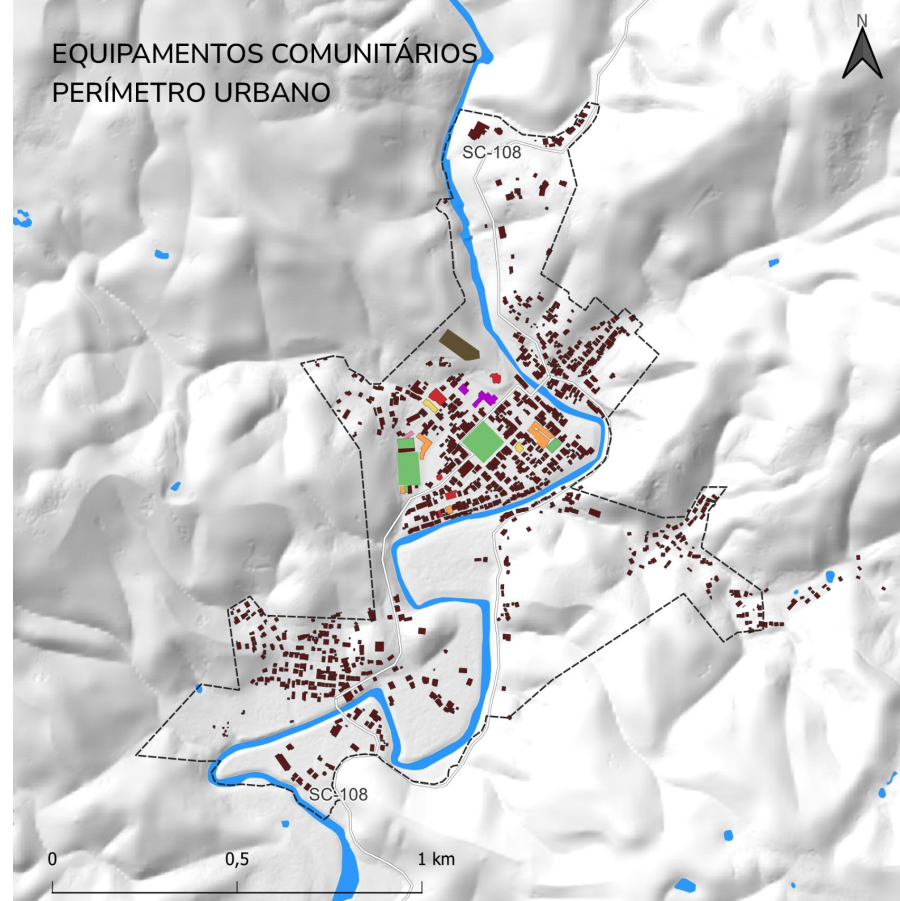
Distribuição no Centro

De maneira geral, é bem abastecido de equipamentos urbanos. É a sede da Prefeitura Municipal e possui uma creche, uma escola de ensino fundamental e uma de ensino médio. Além disso, conta com uma UBS, um hospital somada a equipamentos de lazer e religião.

Expansão Área urbana Central



Oferta de equipamentos urbanos e sociais

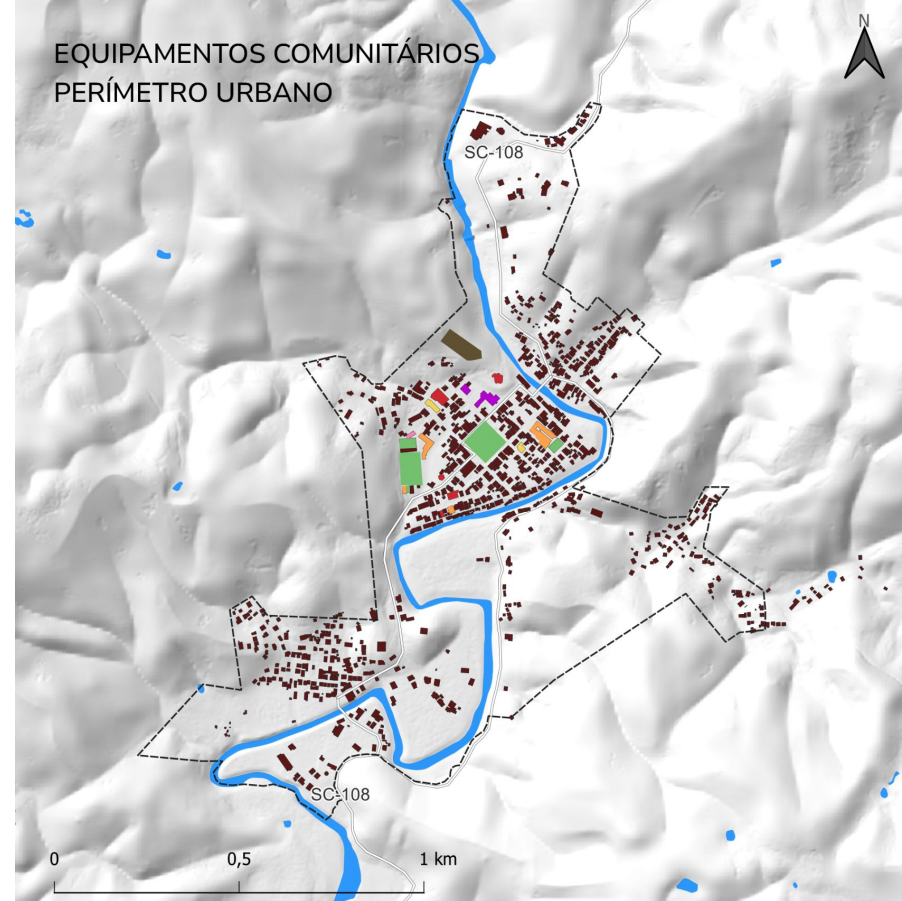


Equipamentos Comunitários

- | | |
|-----------------------|--------------------|
| Cemitério | Saúde |
| Educação | Segurança |
| Lazer | Edificações (2020) |
| Administração Pública | Perímetro Urbano |
| Religioso | |

Equipamentos comunitários

- A população moradora das áreas rurais em Anitápolis **precisa percorrer grandes distâncias para acessar os serviços públicos e os equipamentos comunitários**, em uma relação de alta dependência do perímetro urbano.
- Existe **apenas uma escola de ensino médio para todo o município**;
- Não existe equipamento de ensino técnico ou superior
- Unigran - Centro Universitário da Grande Dourados, que oferece alguns cursos de ensino superior na modalidade a distância (EAD)

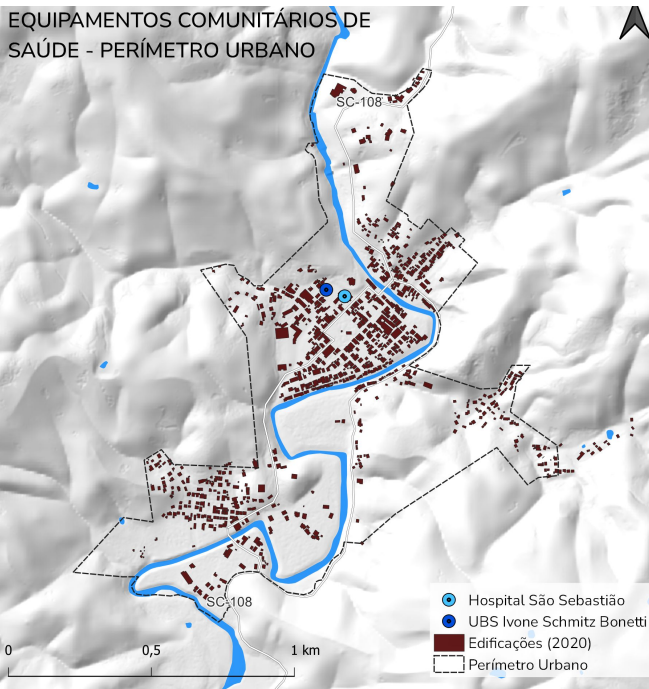


Equipamentos Comunitários (2006)

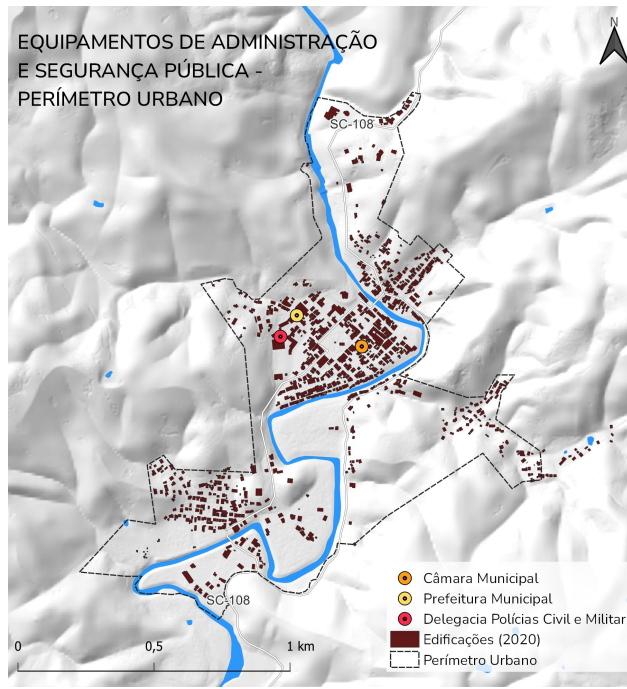
- | | |
|-----------------------|--------------------|
| Cemitério | Saúde |
| Educação | Segurança |
| Lazer | Edificações (2020) |
| Administração Pública | Perímetro Urbano |
| Religioso | |

Equipamentos comunitários

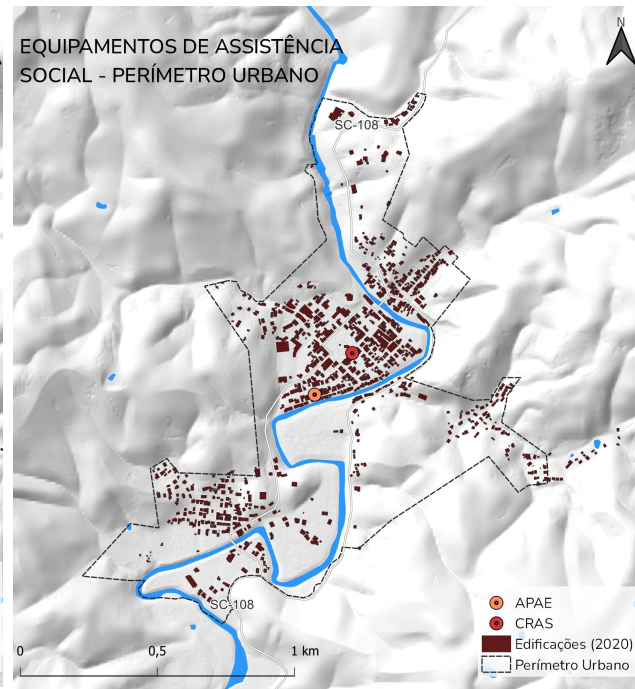
EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - PERÍMETRO URBANO



EQUIPAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA - PERÍMETRO URBANO



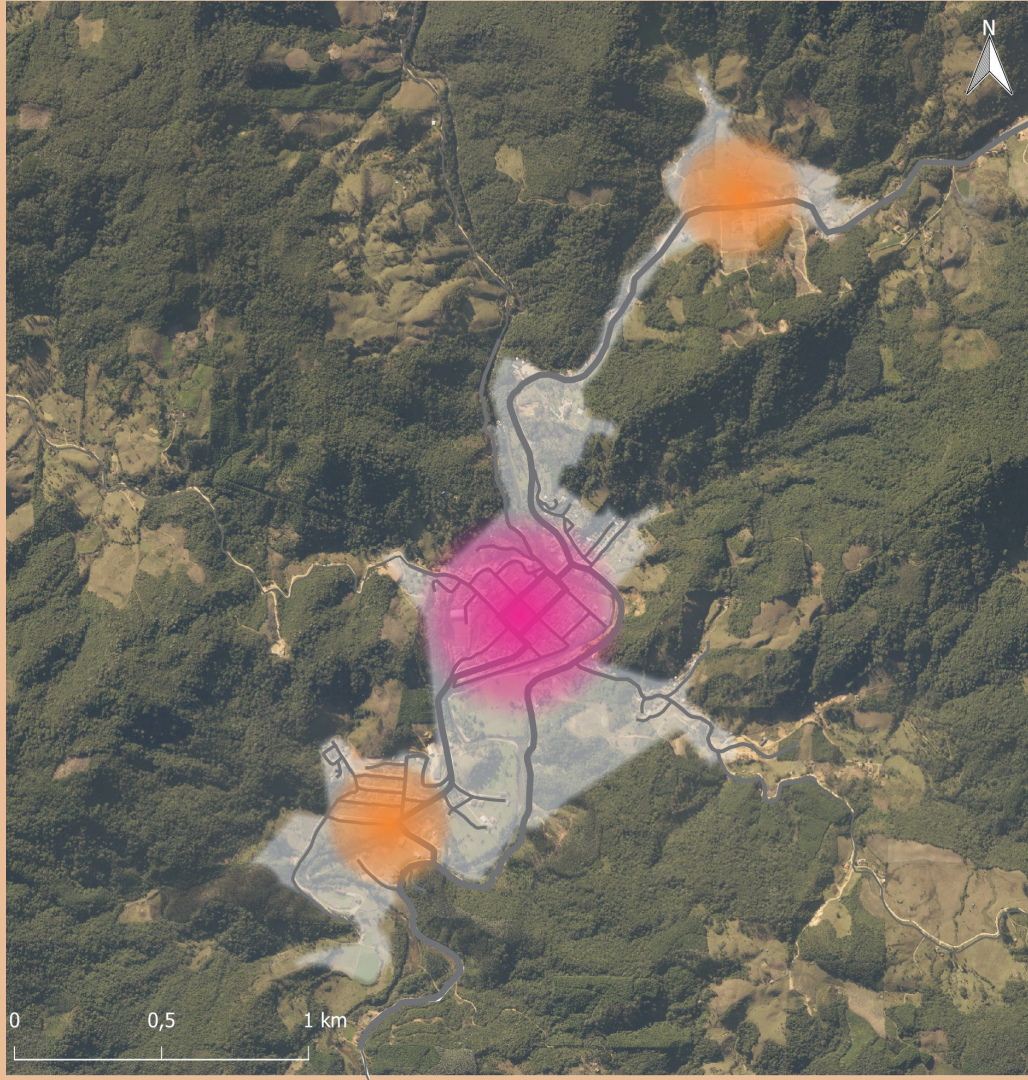
EQUIPAMENTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PERÍMETRO URBANO



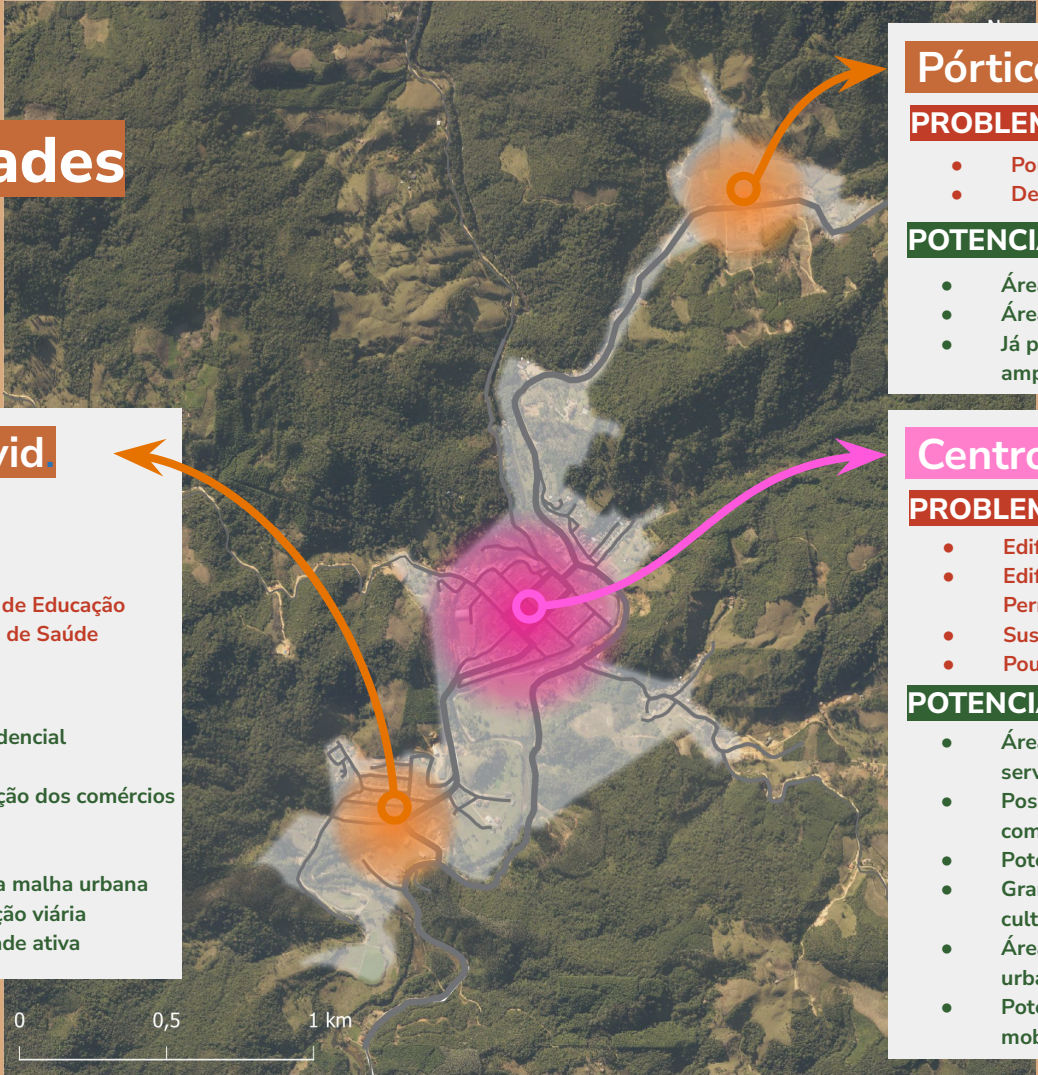
Fomento à centralidades

Objetivos

- Promover a **densificação moderada** nas áreas dotadas de infraestruturas;
- Promover o **uso misto** de modo a criar ambientes urbanos vibrantes, com menor dependência dos automóveis e promotoras dos deslocamentos ativos;
- Incentivar as **fachadas ativas** em determinadas vias, para haver a promoção da segurança e vigilância natural;
- Priorizar um **desenho urbano de qualidade**, com espaço adequado para a circulação dos pedestres e ciclistas e com garantia de acessibilidade universal;
- **Desincentivar o uso do transporte individual motorizado**;
- Ocupar áreas de vazios urbanos;
- Controlar o crescimento linear.



Fomento à centralidades



Vila Antônio David

PROBLEMÁTICAS

- Pouca Infraestrutura
- Irregularidade fundiária
- Inexistência de Centros de Educação Infantil e equipamentos de Saúde

POTENCIALIDADES

- Área com ocupação residencial consolidada
- Possibilidade de ampliação dos comércios e serviços
- Regularização Fundiária
- Áreas para ampliação da malha urbana
- Potencial para qualificação viária preconizando a mobilidade ativa

Pórtico Turístico

PROBLEMÁTICAS

- Pouca Infraestrutura
- Desconectada da malha urbana

POTENCIALIDADES

- Área com baixa suscetibilidade
- Áreas planas
- Já possui característica industrial que pode ser ampliada

Centro

PROBLEMÁTICAS

- Edificações em áreas de risco
- Edificações em áreas de Preservação Permanente
- Suscetibilidade a inundações
- Pouco espaço para expansão

POTENCIALIDADES

- Área mais bem servida de equipamentos e serviços
- Possibilidade de ampliação da oferta de comércios e serviços
- Potencial para verticalização
- Grande quantidade de imóveis de relevância cultural
- Área para aplicação dos instrumentos urbanísticos
- Potencial para qualificação viária preconizando a mobilidade ativa

0 0,5 1 km

Centralidades

Centro

O que já tem?

- Comércio diversificado
- Equip. de educação
- UBS
- Equip. de lazer (praça)
- Igreja Matriz e Cemitério
- Equip. institucionais
- Posto policial
- Patrimônio material e natural
- Rotas de cicloturismo

O que falta?

- Novos equipamentos na expansão urbana

Vila Antônio David

O que já tem?

- Rotas de Cicloturismo

O que falta?

- Praça
- UBS
- Equip. de lazer (praça)
- Centro de educação infantil
- Escola de Ensino Básico

Pórtico Turístico

O que já tem?

- Rotas de Cicloturismo
- Pórtico Turístico

O que falta?

- Praça
- UBS
- Equip. de lazer (praça)
- Centro de educação infantil
- Escola de Ensino Básico
-

Usos

Centro



RESIDENCIAL



COMERCIAL



SERVIÇOS

Vila Antônio David



RESIDENCIAL



COMERCIAL



SERVIÇOS

Pórtico Turístico



RESIDENCIAL



COMERCIAL



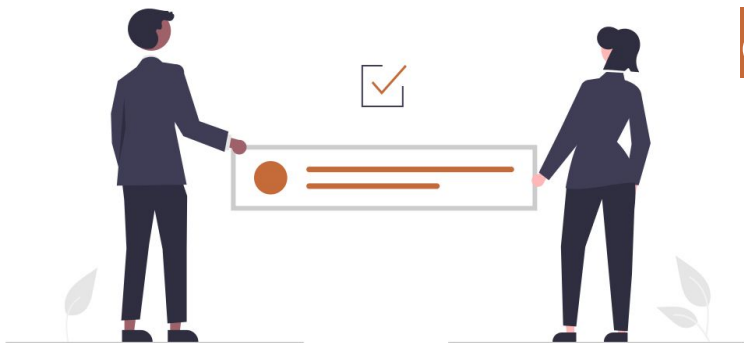
SERVIÇOS



INDUSTRIAL

PERÍMETRO URBANO, CONDICIONANTES AMBIENTAIS E CENTRALIDADE

O plano diretor deve qualificar a centralidade existente e propor novas centralidades, orientando o crescimento urbano para áreas com menor risco ambiental.



BLOCO 2

Mobilidade

Redes de Espaços Livres

Turismo

Patrimônio

Área rural



Mobilidade



Mobilidade no contexto de Anitápolis

1) Integração de uso do solo e transporte

2) Estímulo ao transporte não-motorizado

3) Desestímulo ao uso do automóvel

=

CONTRIBUIÇÃO DO TRANSPORTE PARA UMA
CIDADE SUSTENTÁVEL

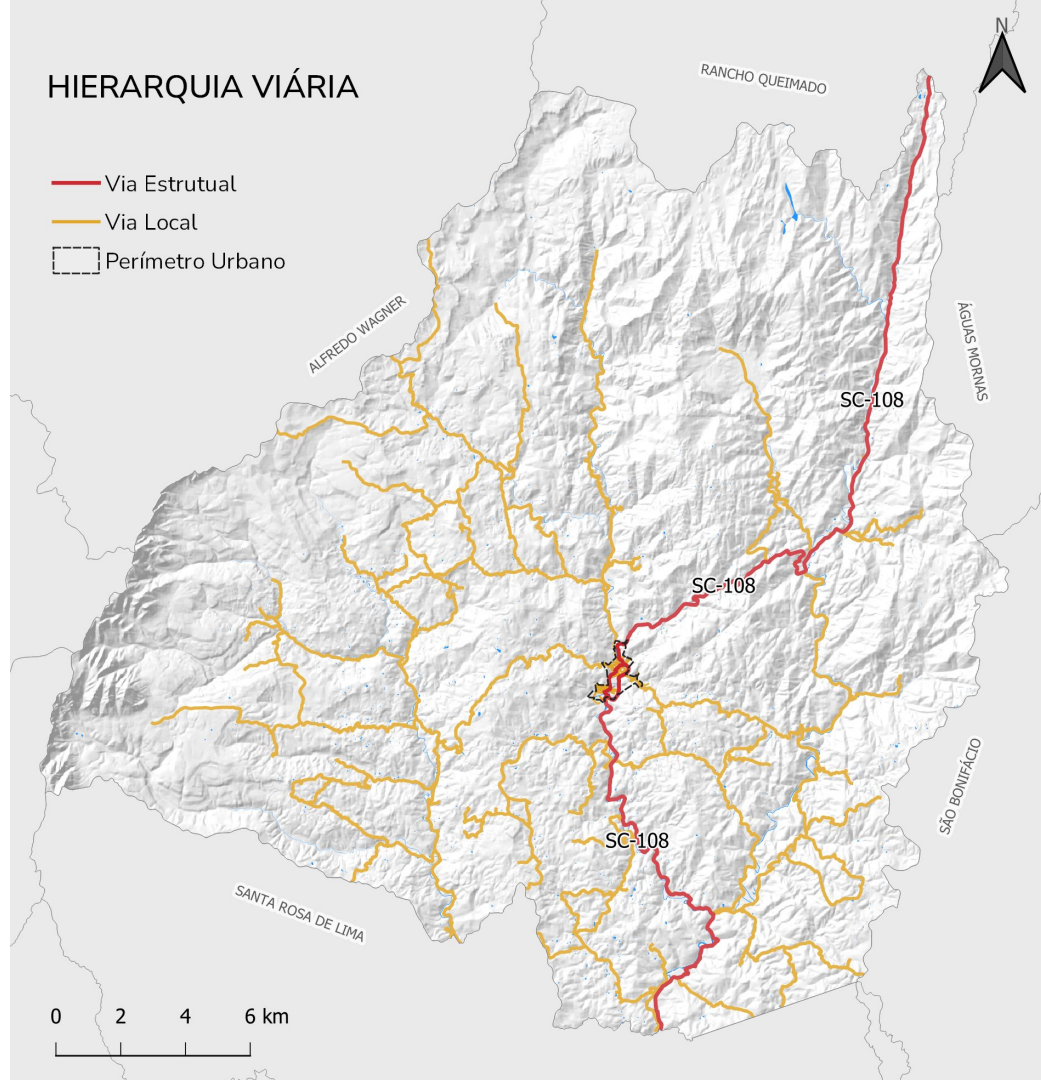


Mobilidade Urbana

- A hierarquia das vias é estabelecida por uma Lei Complementar

- **A SC-108 conforma a via arterial ou estrutural do município**, fazendo a ligação do território com as cidades vizinhas, além da conexão interna da comunidade.

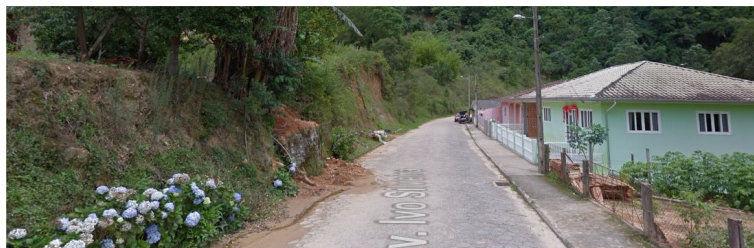
- Também **há uma estrada também classificada como arterial que contorna uma parte do perímetro urbano** e é denominada como Av. Ivo Silveira, R. Povoamento e Estrada para Tubarão, não apresentando pavimentação em quase toda sua totalidade



Mobilidade Urbana

Principais desafios para a mobilidade dos pedestres no município:

- Extensos trechos sem calçada ou com calçada apenas de um lado da via;
- Descontinuidade das calçadas;
- Precariedade e falta de manutenção das calçadas;
- Pouca ou nenhuma arborização;
- Calçadas estreitas;
- Calçadas fora dos padrões das normas de acessibilidade;
- Obstáculos (placas e postes) presentes no meio da calçada.



Mobilidade Urbana

Leitura Técnica

Outros meios de transporte:

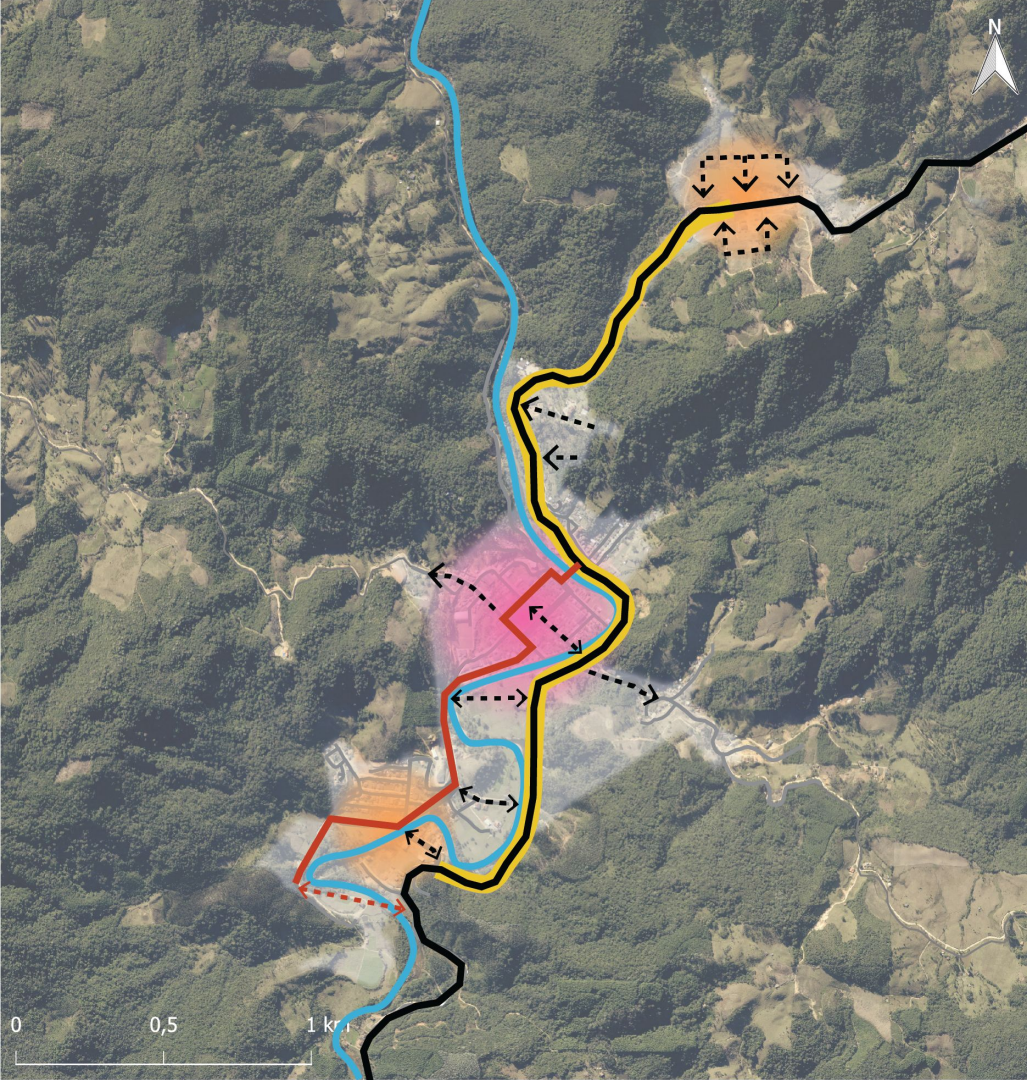
- Falta de infraestrutura adequada para a circulação dos ciclistas;
- Falta de rede de transporte público municipal;
- O município não apresenta terminal rodoviário e não possui linha de conexão intermunicipal, que conecta o município a outros do entorno ou região;
- Possui linhas de transporte escolar que interligam as mais variadas localidades às escolas estaduais e municipais localizadas na Área Territorial do Centro.







Transporte Escolar - Anitápolis/SC			
Localidades	Período	Dias	Observações
Povoamento, Varginha e Rio do Sul	Vespertino	Seg. a sex.	Transporte terceirizado*: 2 carros
Rio Salto	Matutino	Seg. a sex.	Transporte terceirizado: 1 carro
Rio do Meio	Matutino	Seg. a sex.	Transporte terceirizado: 3 carros
Maracujá e Barra Gaspar	Matutino	Seg. a sex.	Localidades contam com transporte nas terças e quintas pela manhã devido ao Novo Ensino Médio
Alto Rio do Sul e Várzea	Matutino	Seg. a sex.	
Rio Cachimbo e do Ouro	Matutino	Seg. a sex.	
Vila Nova	Matutino	Seg. a sex.	
Rio dos Pinheiros	Matutino, Vespertino e Noturno	Seg. a sex.	
Rio da Prata	Vespertino e Noturno	Seg. a sex.	

*Transporte escolar terceirizado são veículos particulares de pequeno porte pertencentes a moradores das localidades que buscam os alunos em suas residências e levam até a estrada geral para acesso aos ônibus.

Estratégias de melhoria da mobilidade urbana

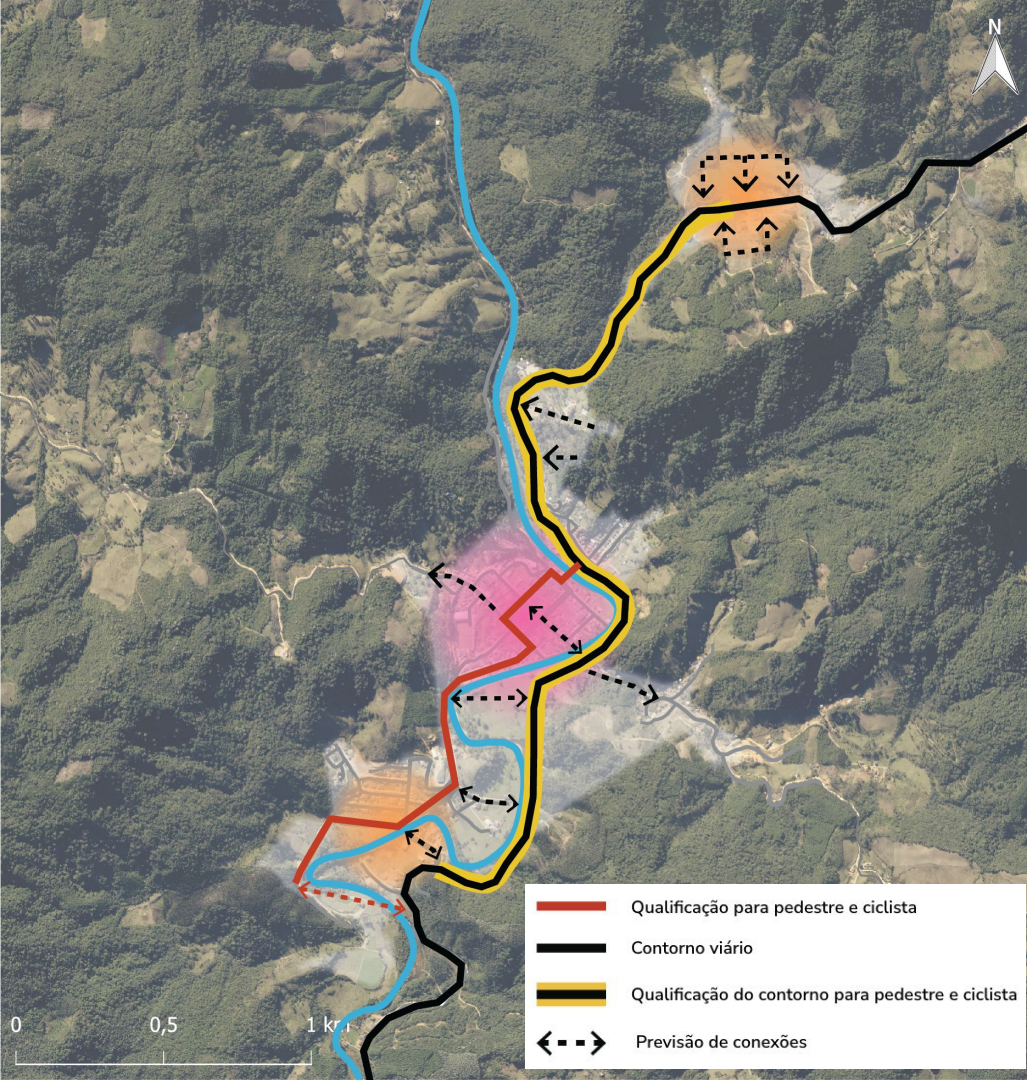


-  Qualificação para pedestre e ciclista
-  Contorno viário
-  Qualificação do contorno para pedestre e ciclista
-  Previsão de conexões

Estratégias de melhoria da mobilidade urbana

Objetivos:

- Avaliar possibilidade de implementação de transporte público municipal e intermunicipal;
- Buscar integração com a política de mobilidade urbana da RMF;
- Fomentar conexões qualificadas com municípios vizinhos;
- Fortalecer gestão das ações de manutenção das estradas;
- Melhoria das condições de mobilidade ativa (pedestres e ciclistas) no núcleo urbano central.



MOBILIDADE



O plano diretor deve qualificar
vias de conexão entre as
centralidades que priorizem
modos de deslocamento ativos
(caminhada e bicicleta).

Rede de espaços livres



Rede de espaços livres

Duas dimensões principais:

- 1) Áreas de interesse para **uso público de lazer** (praças, parques lineares, parques urbanos, parques regionais, etc.); podendo ser públicas ou privadas.
- 2) Áreas de interesse para **preservação e qualificação ambiental**, principalmente aquelas protegidas por legislação (Código Florestal, SNUC, Legislação Estadual, etc.); podendo ser públicas ou privadas;

A primeira tem caráter estratégico de planejamento urbano, segundo diretrizes urbanísticas coerentes.

A segunda tem caráter legal-normativo (precisa ser obedecido);

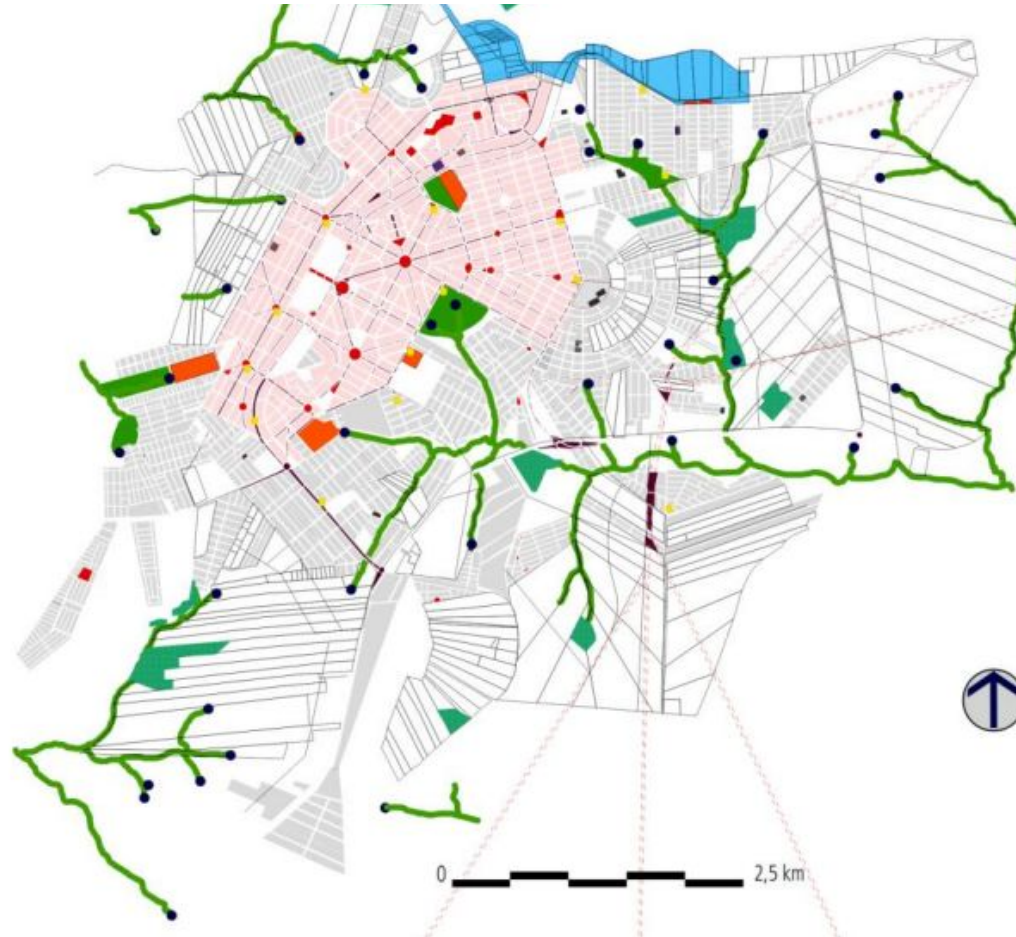


Componentes da rede de espaços livres



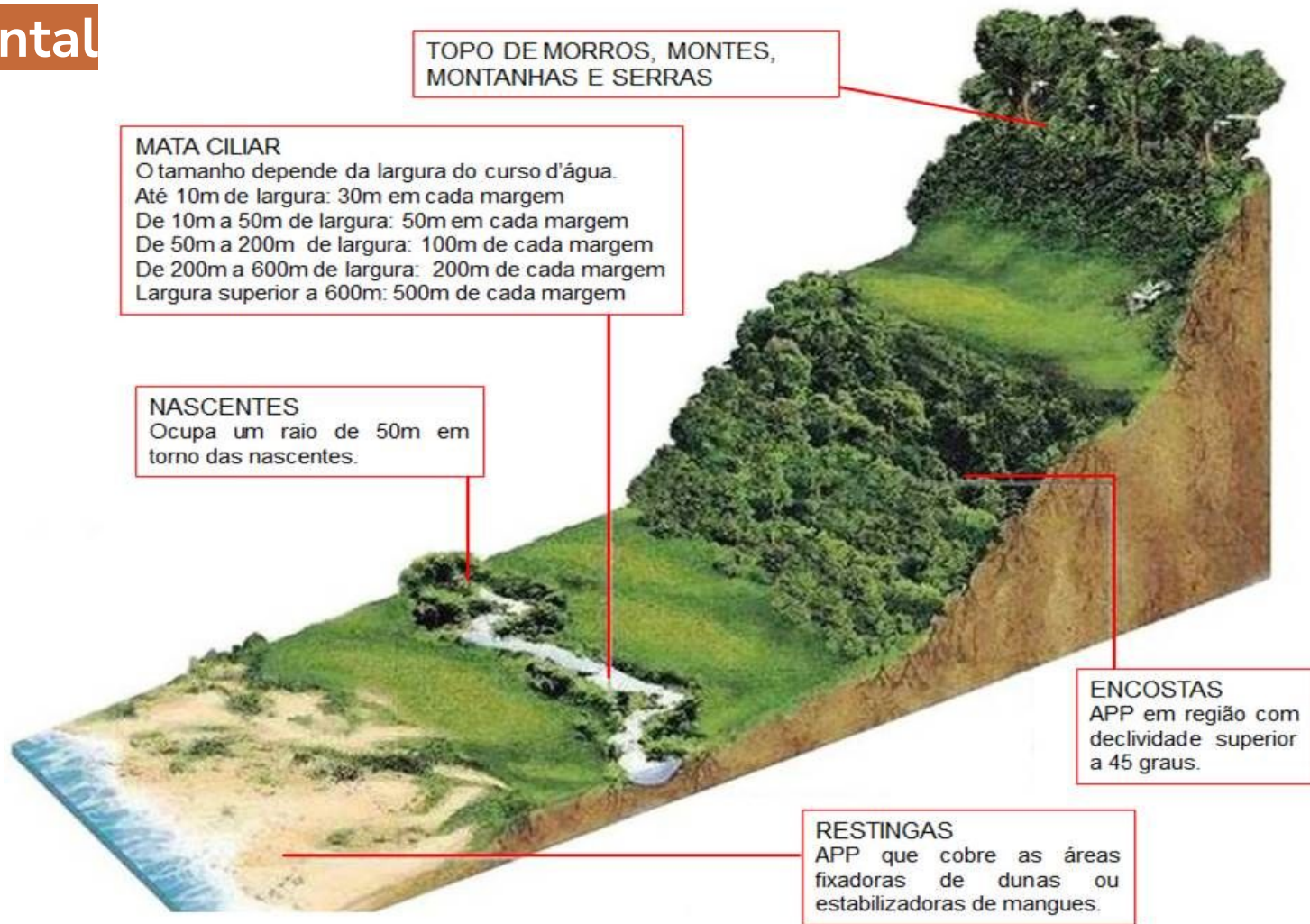
Rede de espaços livres

Umuarama/PR



- Legenda**
- Praças
 - Parques
 - APPs de corpos d'água
 - APPs de nascentes
 - Parte urbana da APA do Rio Piava
 - Fragmentos Florestais
 - Equipamentos de Ginástica (A.T.I.)
 - Canteiros Centrais
 - Ginásios e Centros Esportivos
 - Quadras esportivas e campinhos
 - Quadras do plano original
 - Quadras da área de expansão
 - Corredores de rede de alta tensão

Ambiental



Rede de espaços livres

POLÍTICAS EXISTENTES DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL EM ANITÁPOLIS

- Zonas especiais no Plano Diretor;
- Corredor Ecológico Caminho das Nascentes;
- Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Rio da Prata Bugiu;
- Projeto de criação de uma Unidade de Conservação na forma de um Parque Nacional, denominada Campo dos Padres.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E RESERVA LEGAL



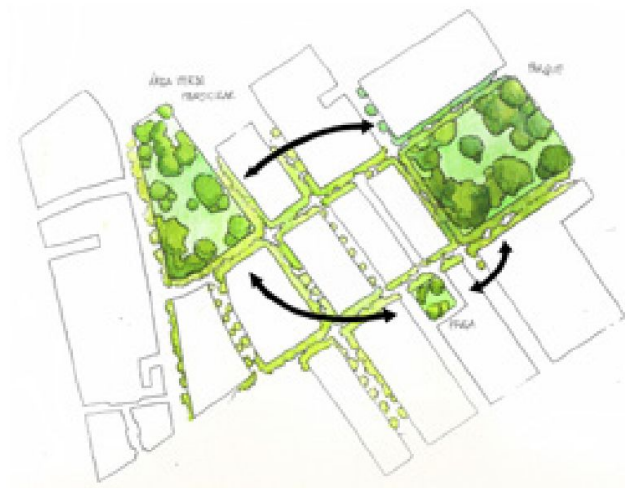
- Unidades de Conservação
- Corredores Ecológicos
- Perímetro Urbano
- Reserva Legal

Rede de espaços livres



Ruas arborizadas

São propostas em ruas já existentes. Seu objetivo principal é conectar os espaços verdes da cidade e a fauna, servindo como corredor ecológico, bem como promover qualidade de vida.



Rede de espaços livres

Parques lineares

Área verde configurada como um parque ao longo de cursos d'água ou vias urbanas que objetivam:

- **Requalificar** e **valorizar** os corpos da água;
- Promover **espaços públicos qualificados** com arborização e infraestrutura cicloviária para o lazer e recreação;
- Promover **atratividade, vitalidade e bem estar**.



Cantinho do Céu

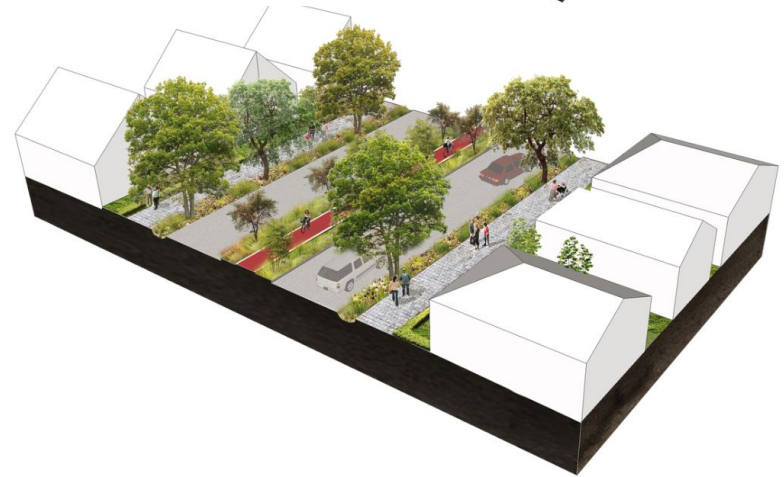
<https://www.boldarini.com.br/projetos/cantinho-do-ceu-etapa-01>

Rede de espaços livres





Corredor verde urbano

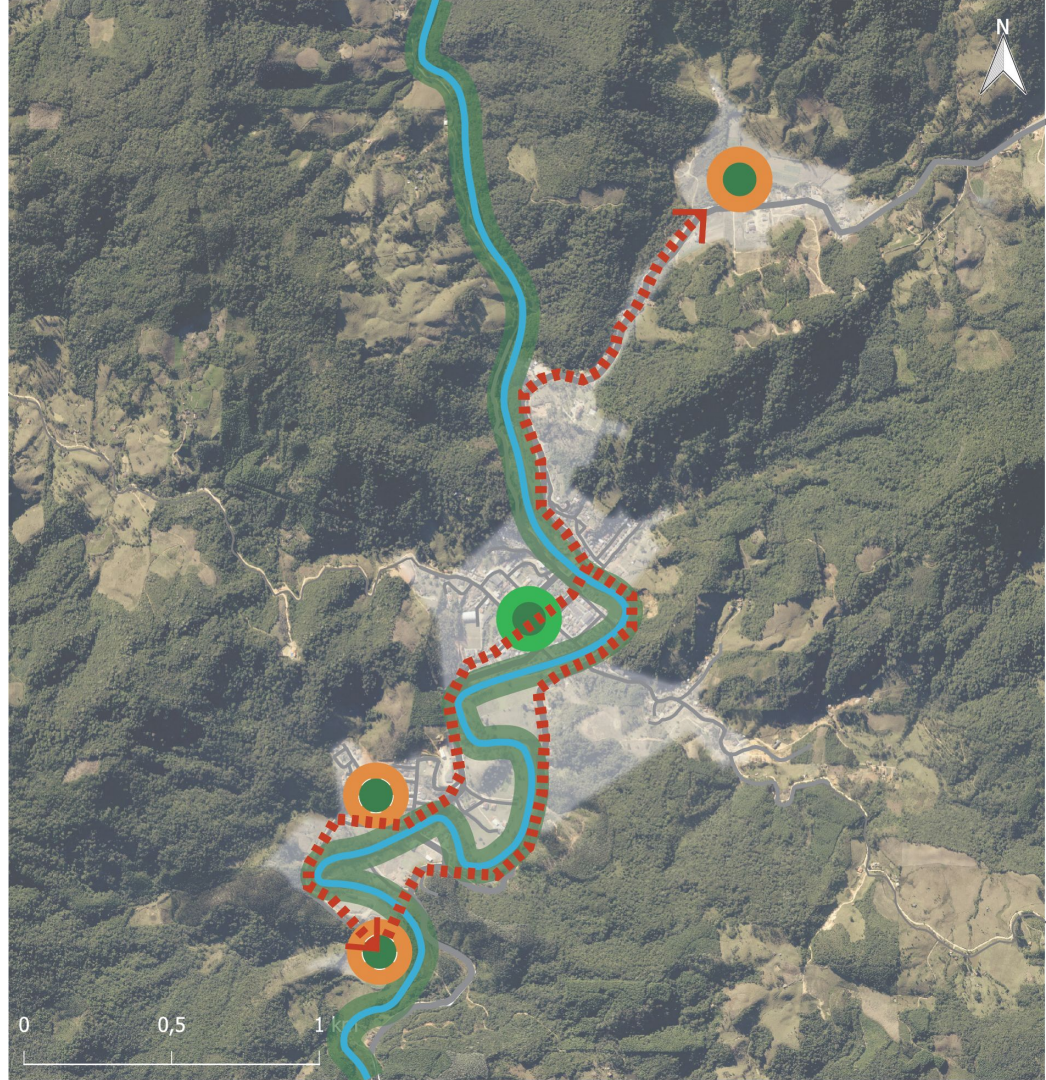
Áreas lineares e contínuas de vegetação e espaços naturais que atravessam ambientes urbanos construídos. Esses corredores têm como objetivo:

- Conectar fragmentos de áreas verdes, como parques, praças, reservas naturais e outras áreas de conservação, criando uma rede verde contínua dentro da cidade.

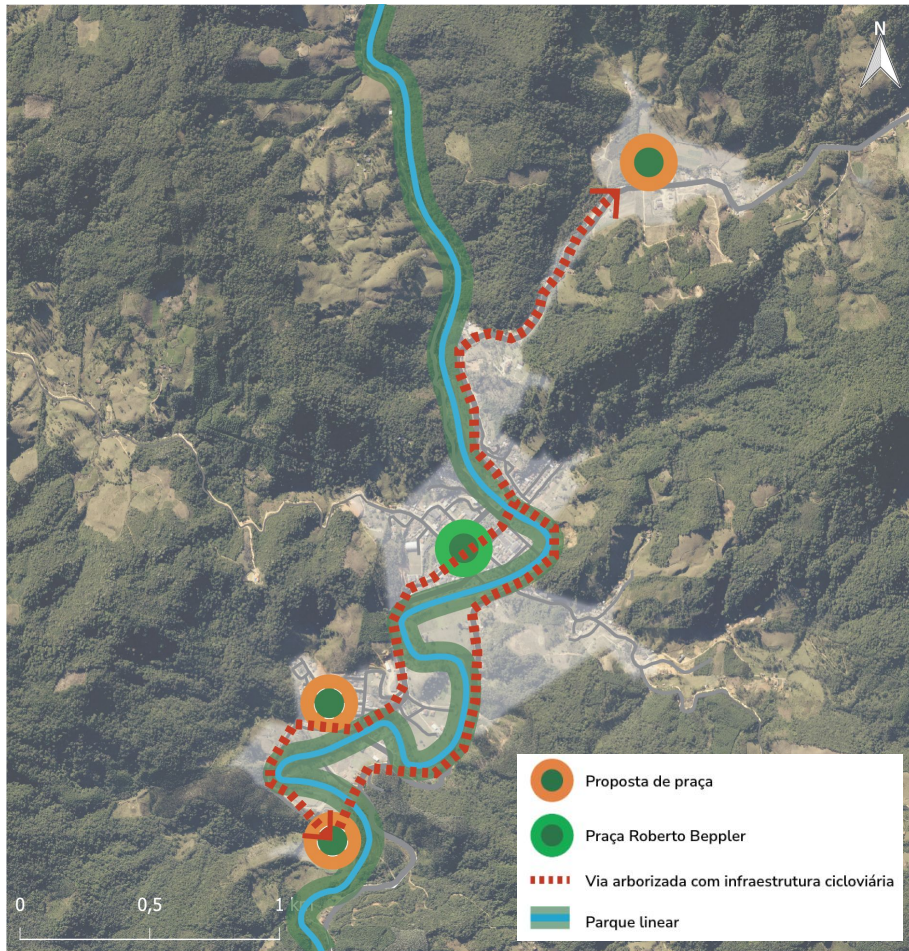


Proposta para rede de espaços livres

-  Proposta de praça
-  Praça Roberto Beppler
-  Via arborizada com infraestrutura ciclovitária
-  Parque linear



Proposta para rede de espaços livres



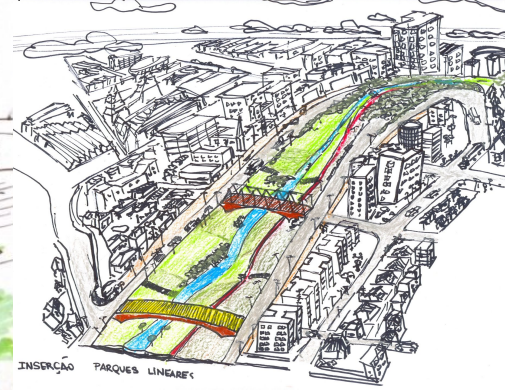
Objetivos:

- Proporcionar uma **distribuição equitativa e acessível de áreas verdes para os cidadãos**, promovendo a qualidade de vida e o bem-estar da população.
- **Preservação do meio ambiente e da biodiversidade**, a melhoria da qualidade do ar, a redução do impacto das ilhas de calor nas áreas urbanas e o controle das águas pluviais.
- **Criar um sistema de lugares significativos do patrimônio histórico construído**, criando conexões entre as edificações históricas construídas, localizadas tanto em áreas rurais quanto urbanas, e dando significado aos conjuntos e à paisagem cultural;

Potencial e qualidade de vida



<https://www.archdaily.com.br/br/760463/um-sonho-atravesado-por-um-parque-linear-rio-cali-colombia>



REDE DE ESPAÇOS LIVRES



O plano diretor deve demarcar áreas de interesse ambiental prioritárias à implantação de espaços de lazer, reforçando a integração entre as paisagens naturais e as centralidades propostas.

Turismo e Patrimônio Cultural



Turismo

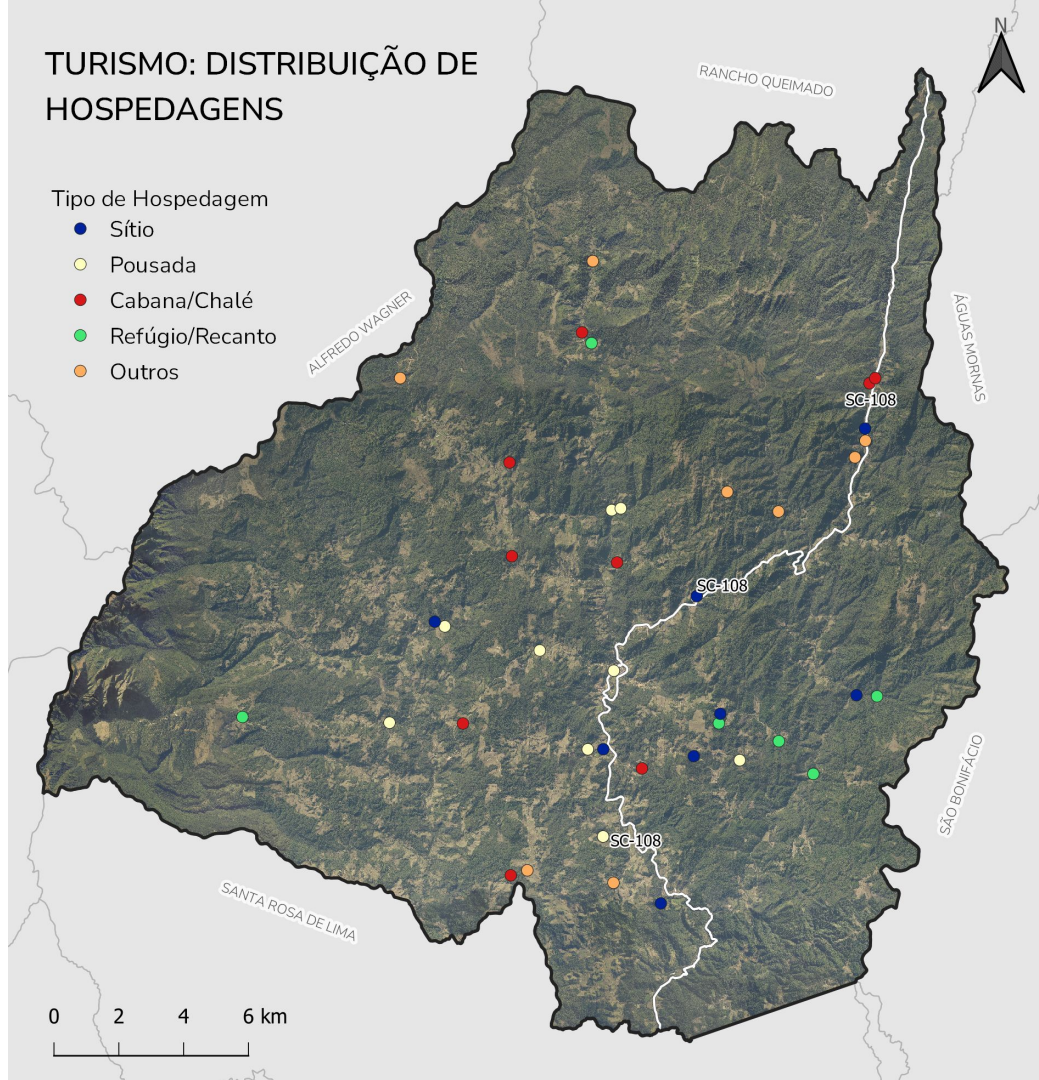
- As últimas pesquisas sobre serviços de hospedagens realizadas pelo IBGE (2011 e 2016) identificaram apenas uma unidade hoteleira no município;
- Atualmente, os buscadores possibilitam encontrar diversas opções de hospedagem no município. O mapa ao lado mostra a disponibilidade de locais de hospedagem;
- Este crescimento pode justificar parcialmente o aumento da participação do setor de serviços no PIB de Anitápolis, tanto pelo aumento de opções de hospedagem como pela necessidade de oferta de serviços complementares.



TURISMO: DISTRIBUIÇÃO DE HOSPEDAGENS

Tipo de Hospedagem

- Sítio
- Pousada
- Cabana/Chalé
- Refúgio/Recanto
- Outros



Patrimônio cultural

PATRIMÔNIO CULTURAL AMBIENTAL E PAISAGÍSTICO

- Serra Geral;
- Geomorfologia;
- Paisagem;
- Clima bucólico;
- Preservação ambiental.



Patrimônio paisagístico

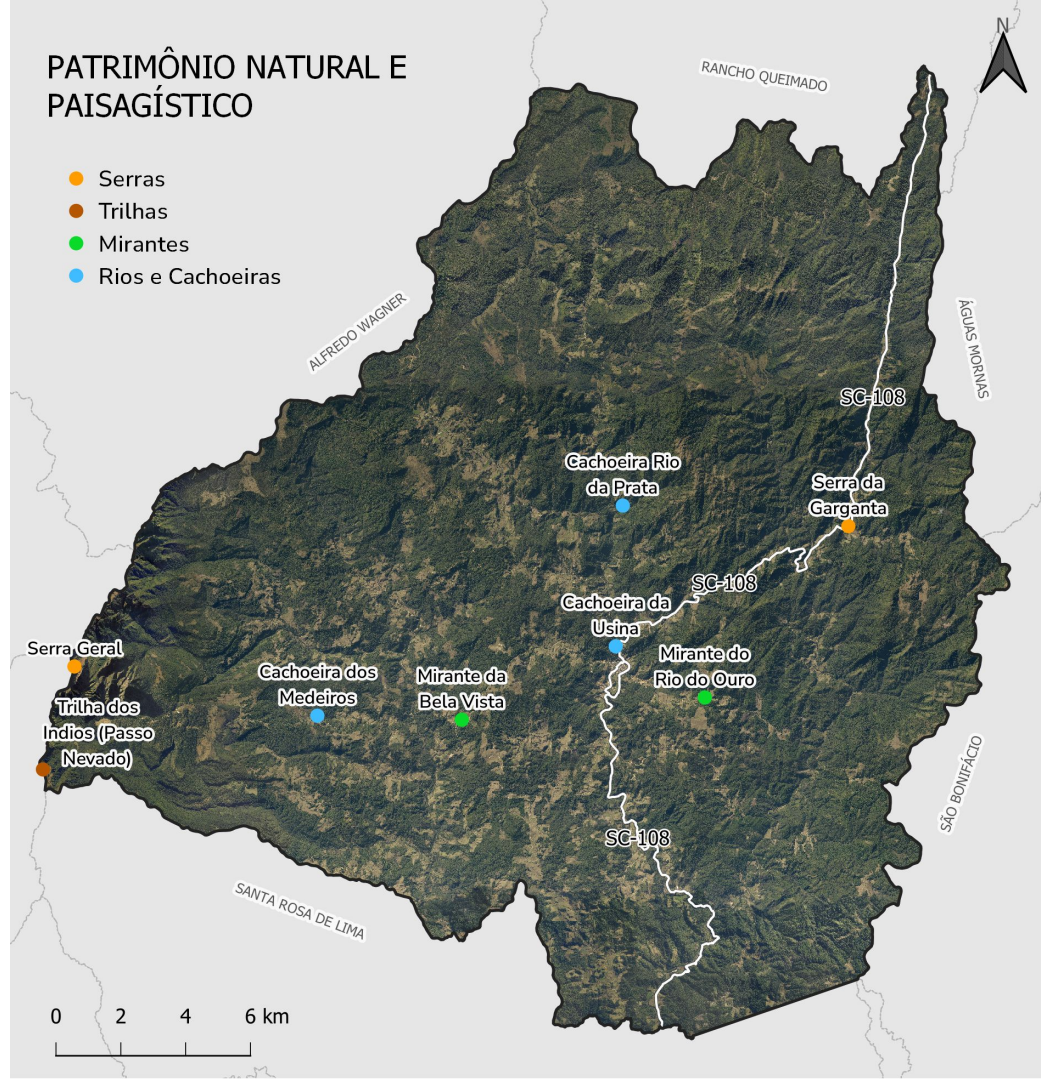
PATRIMÔNIO NATURAL E PAISAGÍSTICO

- Não há um levantamento sistemático do patrimônio paisagístico e natural de Anitápolis;
- Grande potencial e alta disponibilidade do patrimônio natural e paisagístico, fruto das características do sítio físico e do alto grau de preservação/baixa intervenção do homem na vegetação e nos corpos d'água.



PATRIMÔNIO NATURAL E PAISAGÍSTICO

- Serras
- Trilhas
- Mirantes
- Rios e Cachoeiras



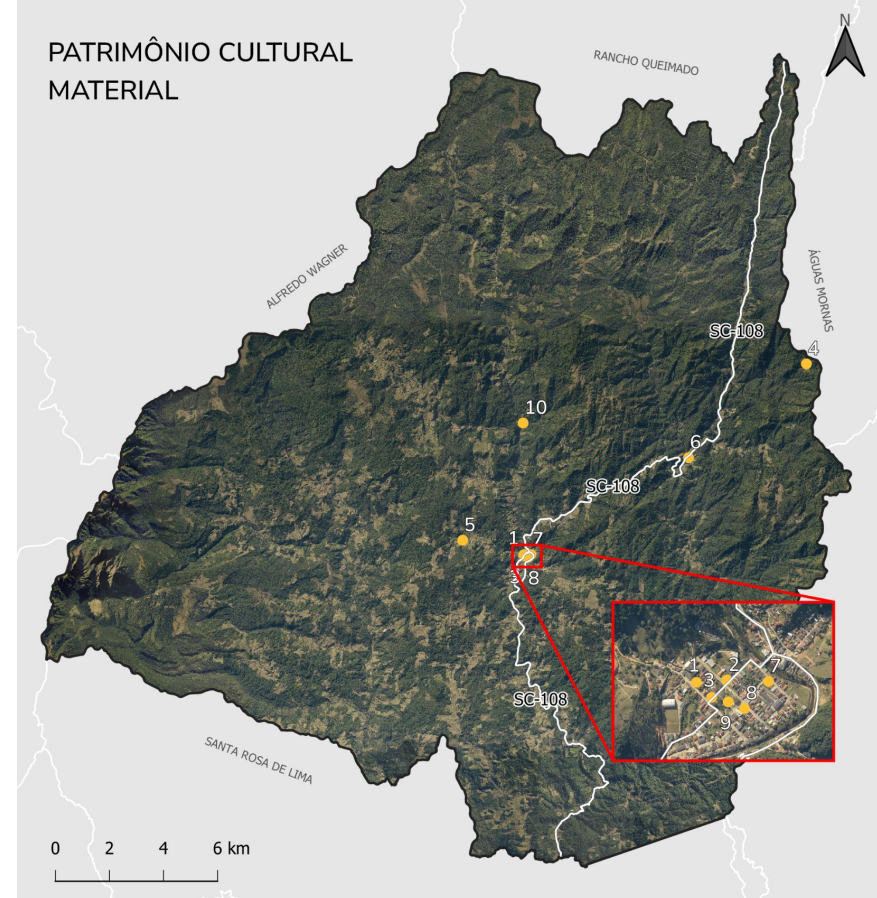
Patrimônio cultural

PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL / FOMENTO

- Baixa valorização e gestão do patrimônio cultural.
- Falta de demarcação de áreas de patrimônio.



PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL



1. Prédio do Patronato Agrícola
2. Paróquia São Sebastião
3. Casarão dos Beppler
4. Memorial do Combate Serra da Garganta
5. Casarão Pousada Haras Coração de Ouro
6. Igreja Rio Dos Pinheiros
7. Casarão da cooperativas eletrificação rural de Anitápolis
8. Prédio da Panificadora e Confeitaria Anitápolis
9. Praça Municipal Roberto Beppler
10. Pousada Sítio Pasargada

TURISMO, PATRIMÔNIO CULTURAL E ÁREA RURAL

O plano diretor deve fomentar a diversificação econômica a partir do incentivo ao turismo de baixo impacto ambiental e da valorização e proteção do patrimônio cultural (ambiental e paisagístico) nas áreas rurais.



BLOCO 3

Irregularidade fundiária

Possibilidades para ocupação rural



Irregularidade fundiária



Irregularidade fundiária

O que é?

- A irregularidade da propriedade da terra ou do imóvel: processos de ocupação de terra ou de imóveis construídos - problema jurídico e registral;

- A irregularidade parcial ou inadequação da documentação de propriedade existente que não configure processos de ocupação, mas que apresentam problemas de registro - problema registral e/ou urbanístico;

- A irregularidade de processos de produção de loteamentos, divididos em: (i) loteamentos clandestinos; e (ii) loteamentos irregulares;

- Irregularidade na incompatibilidade de uso com o PD;

- A Irregularidade edilícia: edificação clandestina; edificação em desacordo com as normas municipais; com problemas da aprovação;

- Parcelamento/divisão/desmembramento do solo rural: divisão menor do que o módulo rural; parcelamentos para fins urbanos.



Irregularidade fundiária

7.4 PARCELAMENTOS IRREGULARES

Parcelamentos irregulares são aqueles que não possuem projeto aprovado perante a Administração Municipal, nem escrituração pública, ou estão em desacordo com a Lei de Parcelamento do Solo Federal e/ou Estadual.

Existem três grandes áreas de parcelamento irregular no perímetro urbano de Anitápolis: Vila Carara, Vila Residencial Adolfo Joaquim Machado (antiga Rio do Ouro) e Vila Antônio David.

A Vila Antonio David possui uma malha viária incipiente, desprovida de calçamento ou passeios públicos. É significativo, entretanto, o número de vazios urbanos.



LOTEAMENTO VILA ANTÔNIO DAVID – SITUAÇÃO EM 2006




Fonte: Acervo Silvia Maia, 2007









Irregularidade fundiária

- São demarcadas 3 áreas para fins de regularização fundiária no atual Plano Diretor - Lei nº. 712/2008.

ZONAS URBANAS

-  Zona Urbana Central
-  Zona de Expansão Imediata
-  Zona de Ocupação Controlada





ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE (AEI'S)

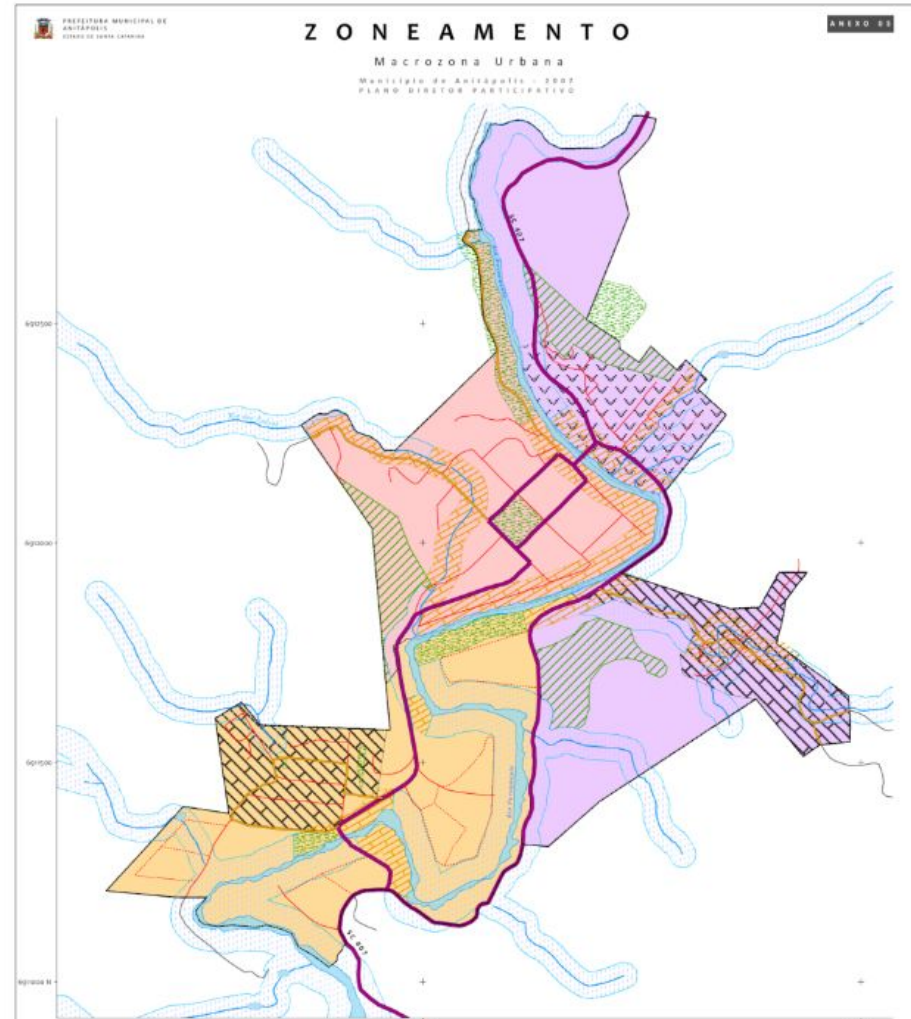
-  Área Especial de Interesse Social
-  Área Especial de Qualificação Urbanística
-  Área de Uso Limitado
-  Sistema de Áreas Verdes Urbanas
-  Área de Preservação Permanente
-  Área Especial sujeita ao Termo de Ajuste de Conduta

HIERARQUIA DO SISTEMA VIÁRIO

-  Via Estrutural
-  Via Coletora
-  Via Local
-  Via Local (proposta geral)

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

-  Proposta Perímetro Urbano 2007
-  Sistema viário
-  Cursos d'água
-  Rios, lagos e açudes



diferença entre instrumentos

instrumentos jurídicos

**de garantia da posse da terra
de garantia da propriedade da terra**

**que serão tratados no judiciário - ou
por meio administrativo com a
prefeitura**

instrumentos urbanísticos e ambientais

**diretrizes para definir parâmetros
que considerem a melhoria da
disponibilização da infraestrutura e
das condições ambientais em relação
à situação anterior com a adoção das
medidas preconizadas no projeto de
regularização**

**Irregularidade Fundiária
fora do perímetro urbano
com características urbanas
informalidade**



- Presença de um número representativo de UHs (60), com densidade de moradias;
- Baixa diversidade de usos;
- Boa disponibilidade de infra (iluminação pública, pavimentação, etc);
- Claro processo de crescimento entre 2007 e 2022;
- Lotes seguem, em geral, padrão estipulado pelo PDP para áreas urbanas;
- Área com restrições ambientais relativamente baixa;
- Sugestão perímetro urbano descontínuo.

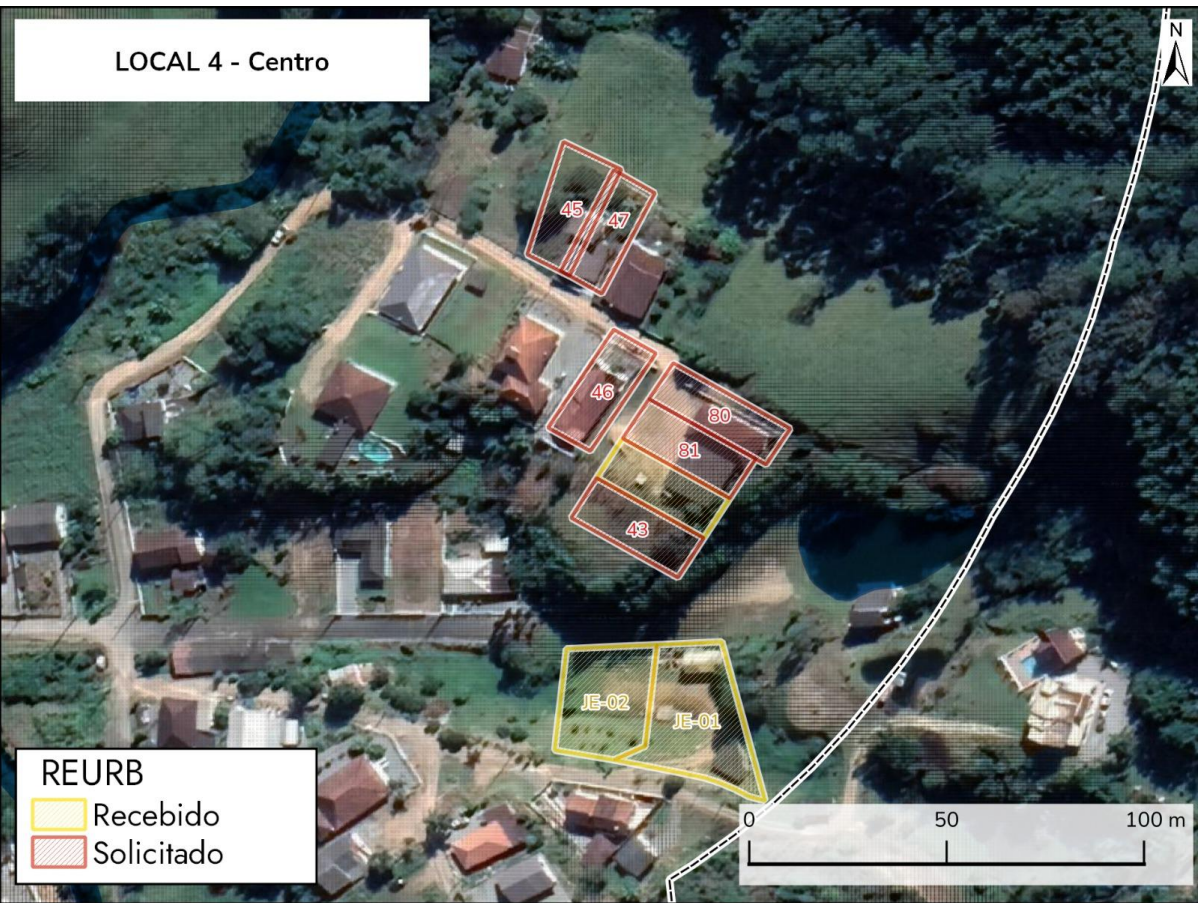
EXEMPLO ANGELINA

novo perímetro urbano descontínuo no Garcia



Irregularidade Fundiária

LOCAL 4 - Centro



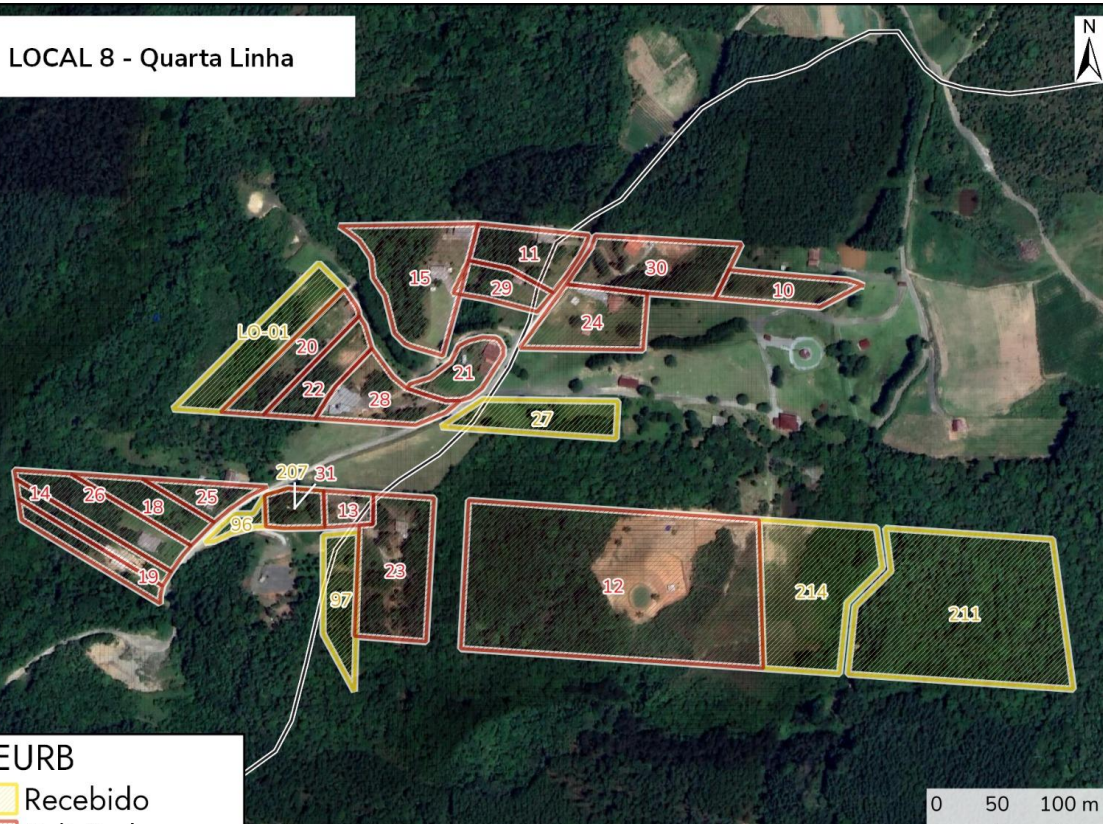
EXEMPLO ANGELINA

- Situado no interior do perímetro urbano da Macrozona Urbana Central;
- Área média dos lotes parece obedecer legislação atual (360m²);
- Delimitação dos lotes é imprecisa e parece não considerar edificações existentes;
- A regularização pelo REURB-E não parece ser a única possível. Parece haver outros modos de regularização, conforme definição da LF 13.465 (desmembramento e loteamento);
- Se esgotadas outras formas de regularização, poderia ser reconhecido como “núcleo urbano informal”.

englobado pela expansão do perímetro urbano do centro

Irregularidade Fundiária EXEMPLO ANGELINA

LOCAL 8 - Quarta Linha



não constitui núcleo urbano informal, possibilidade de condomínio rural



- Situado à cerca de 5,5km do distrito sede;
- Não possui características e usos urbanos;
- Lotes de grandes dimensões, com baixíssima taxa de ocupação (1,5mil m² à 30m²);
- Muitos lotes não são acessíveis por via pública (sendo irregular o desmembramento);
- Possibilidade de condomínio rural?;
- Grande gleba dividida em várias menores;
- Atravessa os municípios de Angelina e Águas Mornas.



Regularização Fundiária

o que o plano pode viabilizar?

- Identificar áreas passíveis de Regularização Fundiária;
- Demarcar áreas ou zonas no Plano;
- Definir diretrizes para as áreas de regularização fundiária de interesse social (Reurb-S);
- Definir critérios e parâmetros para o projeto de regularização;
- Definição de critérios para caracterização de NUI consolidado;
- Definir prioridades de análise e aprovação;
- Definição de contrapartidas para os processos (Reurb-E);

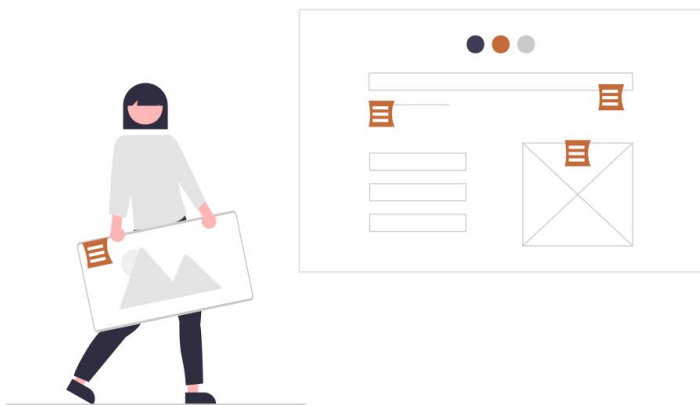
- Critérios que poderão ser trabalhados:

tempo de ocupação;

- quantidade de lotes mínimos;
- quantidade de lotes ocupados;
- dimensão mínima do lote;
- dimensão de vias;
- infraestrutura instalada.



IRREGULARIDADE FUNDIÁRIA



O plano diretor deve prever parâmetros e procedimentos adequados de regularização fundiária para áreas urbanas e rurais.

Possibilidades para uso e ocupação rural



Uso e Ocupação Rural

Usos permitidos/incentivados na área rural

Decreto n.º62.504 /1968 - Regulamenta o Art. 65 da Lei n.º 4.504/1964

II - Desmembramentos de iniciativa particular que visem a atender interesses de Ordem Pública na zona rural, como:

a) Os destinados à instalação de estabelecimentos comerciais, quais sejam:

1. postos de abastecimento de combustível, oficinas mecânicas, garagens e similares;
2. lojas, armazéns, restaurantes, hotéis e similares;
3. silos, depósitos e similares.

b) os destinados a fins industriais, quais sejam:

1. barragens, represas ou açudes;
2. oleodutos, aquedutos, estações elevatórias, estações de tratamento de água, instalações produtoras e de transmissão de energia elétrica, instalações transmissoras de rádio, de televisão e similares;
3. extrações de minerais metálicos ou não e similares;
4. instalação de indústrias em geral.



Uso e Ocupação Rural

Usos permitidos/incentivados na área rural

Decreto n.º62.504 /1968 - Regulamenta o Art. 65 da Lei n.º 4.504/1964

c) os destinados à instalação de serviços comunitários na zona rural quais sejam:

1. portos marítimos, fluviais ou lacustres, aeroportos, estações ferroviárias ou rodoviárias e similares;
2. colégios, asilos, educandários, patronatos, centros de educação física e similares;
3. centros culturais, sociais, recreativos, assistenciais e similares;
4. postos de saúde, ambulatórios, sanatórios, hospitais, creches e similares;
5. igrejas, templos e capelas de qualquer culto reconhecido, cemitérios ou campos santos e similares;
6. conventos, mosteiros ou organizações similares de ordens religiosas reconhecidas;
7. áreas de recreação pública, cinemas, teatros e similares.



Uso e Ocupação Rural

Lei n.º 4.504/1964 - Estatuto da Terra

Art. 65. O imóvel rural não é divisível em áreas de dimensão inferior à constitutiva do módulo de propriedade rural.

No caso de Anitápolis equivalente a 2 ha.

Decreto n.º 62.504 /1968 - Regulamenta o Art. 65 da Lei n.º 4.504/1964

Art 1º Os desmembramentos disciplinados pelo Art. 65 Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1968, e pelo Art. 11 de Decreto-lei nº 57, de 18 de novembro de 1966, são aqueles que implicam na formação de novos imóveis rurais.

Art 2º Os desmembramentos de imóvel rural que visem a constituir unidades com destinação diversa daquela referida no Inciso I do Artigo 4º da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, não estão sujeitos às disposições do Art. 65 da mesma lei e do Art. 11 do Decreto-lei nº 57, de 18 de novembro de 1966, desde que, comprovadamente, se destinem a um dos seguintes fins:

I - Desmembramentos decorrentes de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, na forma prevista no Artigo 390, do Código Civil Brasileiro, e legislação complementar.

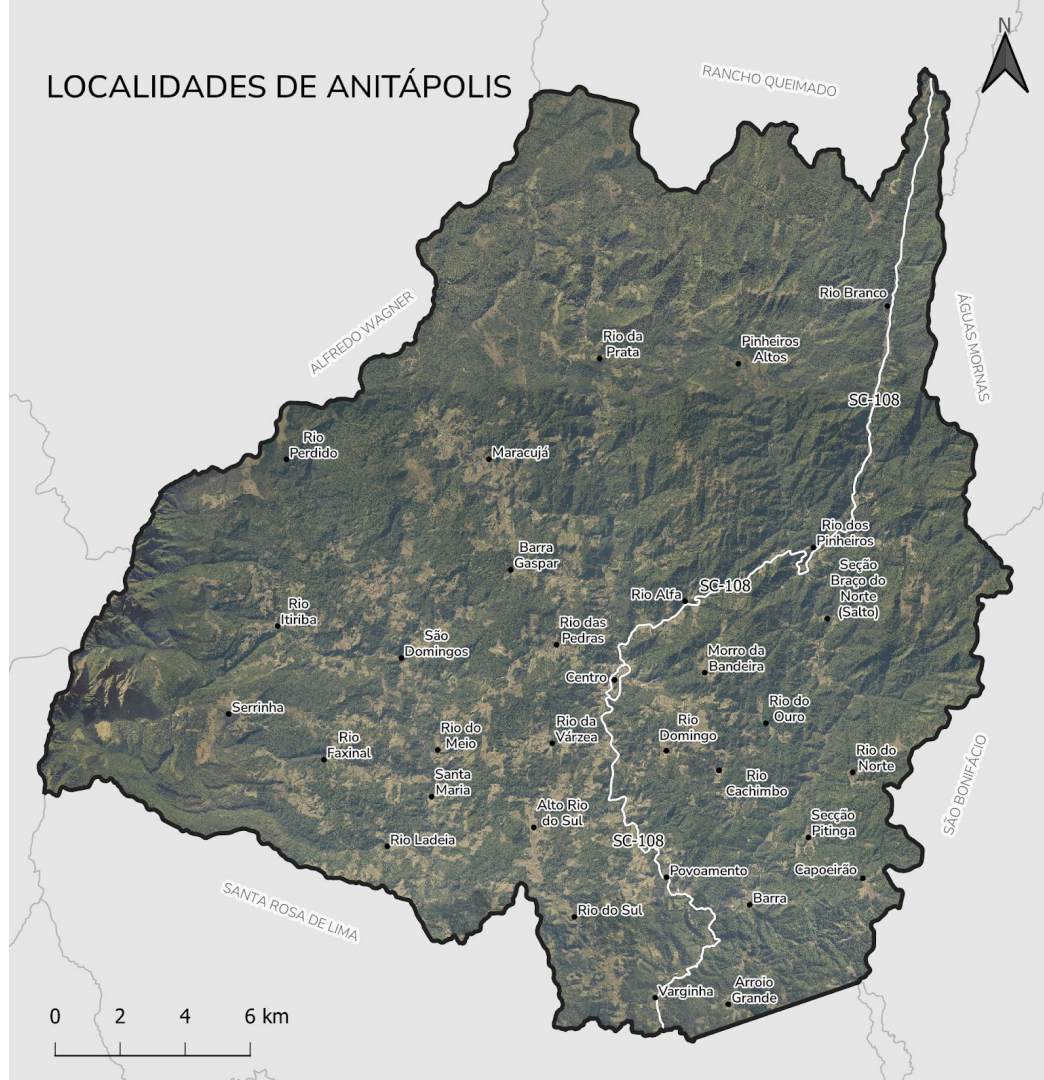


Localidades rurais

- A baixa densidade aliada à grande extensão territorial dificulta o atendimento de infraestruturas;
- População é dispersa, falta de núcleos ativos nos bairros;
- Malha viária desconecta/dispersa - Zonas Rurais precisam percorrer grandes distâncias para acesso aos equipamentos e para acesso entre localidades.

Extensão territorial e baixa densidade - como garantir o acesso da população e a distribuição equilibrada dos equipamentos públicos?

Participa Anita



Área Rural

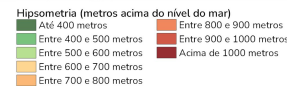
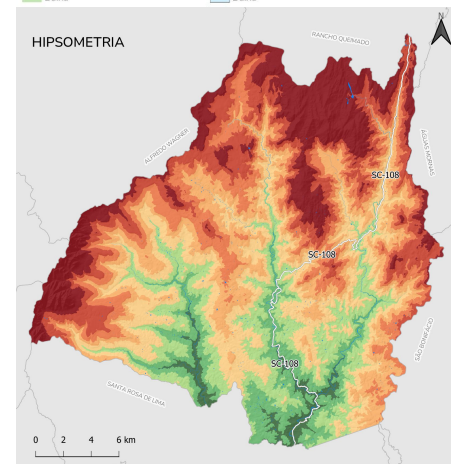
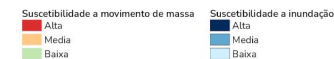
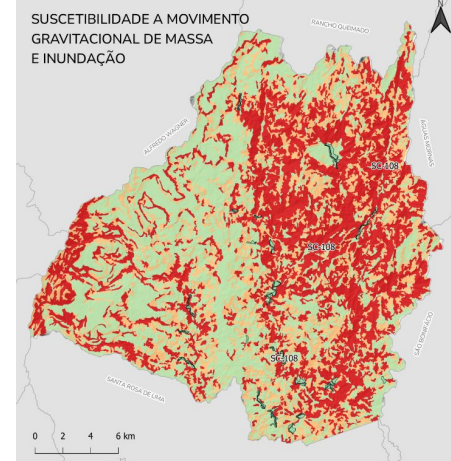
MOBILIDADE

- No sistema viário de Anitápolis é caracterizado pela presença da SC-108, que tem servido como suporte à urbanização e aos processos recentes de ocupação do território;
- Essa hierarquia viária original, confere um grau limitado de integração entre o núcleo central e demais localidades rurais, bem como uma inserção precária no contexto metropolitano.



Área Rural

- Anitápolis apresenta uma geomorfologia complexa, com morros e vales encaixados, com exceção de pequenas áreas planas, estreitas, localizadas na porção sul do município;
- O relevo acidentado do município faz com que o território seja, de certa forma, isolado em relação a maioria dos municípios vizinhos;
- A SC 108, principal via de conexão norte-sul, apresenta muitas áreas de suscetibilidade no seu trajeto.



Uso e Ocupação Rural

o que o plano pode viabilizar?

1. Regulamentação de condomínios rurais, pousadas e chácaras, **respeitando a Fração Mínima de Parcelamento do Módulo Rural para o Município de Anitápolis;**
2. Estímulo às atividades produtivas que contribuam para a dinâmica dos espaços rurais, principalmente aquelas com o baixo impacto ambiental;
3. Reforço ao cumprimento da legislação ambiental nas áreas rurais;
4. Distâncias adequadas entre os cultivos e entre as vias e cultivos.



Sobre os Condomínios Rurais

Definição:

Empreendimento imobiliário rural com, no mínimo, a área total de 2 hectares (Fração Mínima de Parcelamento), que cumpre a função social da propriedade da terra, conforme o art. 2º da Lei Federal 4504/1964 e que estabelece padrões para uso dos fracionamentos internos da gleba e regulamenta espaços de uso comum.

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;*
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;*
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;*
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.*



Possíveis critérios para estabelecer condomínios rurais

Turismo e Patrimônio

- Definir áreas adequadas no município para os condomínios rurais que estejam vinculadas ao fomento do turismo e a valorização do patrimônio cultural;

Vias estruturantes

- Estabelecer que a ocupação no formato de condomínios ocorra próxima às vias estruturantes;
- Separar, no Plano Diretor, as responsabilidades do município e as responsabilidades dos proprietários;

Dimensões e Áreas Máximas

- Definir parâmetros adequados de dimensão de gleba e de frações ideais, no caso de condomínios rurais;



Possíveis critérios para estabelecer condomínios rurais

Espaços comuns

- Prever vias internas, áreas para atividades agrícolas, áreas para reserva legal e espaços de Uso Comum, que são de responsabilidade do condomínio.

Uso misto para atividades agropecuárias

- Estabelecer quantidade e tipo de equipamentos e/ou edificações de apoio às atividades agropecuárias;

Índices construtivos

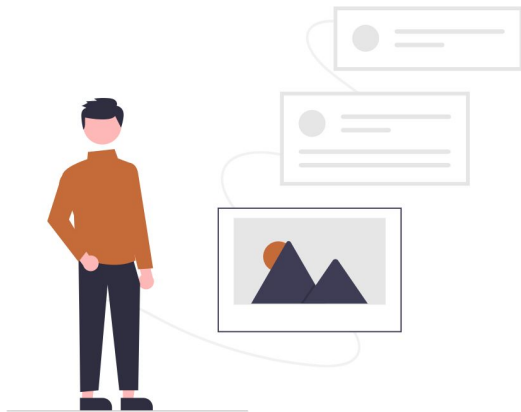
- Estabelecer afastamentos e índices de ocupação para as edificações (como Taxa de Ocupação Máxima e Índice de Aproveitamento);
- Definir número de edificações por fração ideal;

Procedimentos para aprovação

- Definir processos e fases da aprovação da viabilidade dos empreendimentos.



POSSIBILIDADES PARA USO E OCUPAÇÃO RURAL



O plano diretor deve prever áreas para implementação de condomínios rurais com parâmetros adequados, que considerem aspectos geoambientais e de mobilidade.

BLOCO 4

Políticas Setoriais
Instâncias Participativas



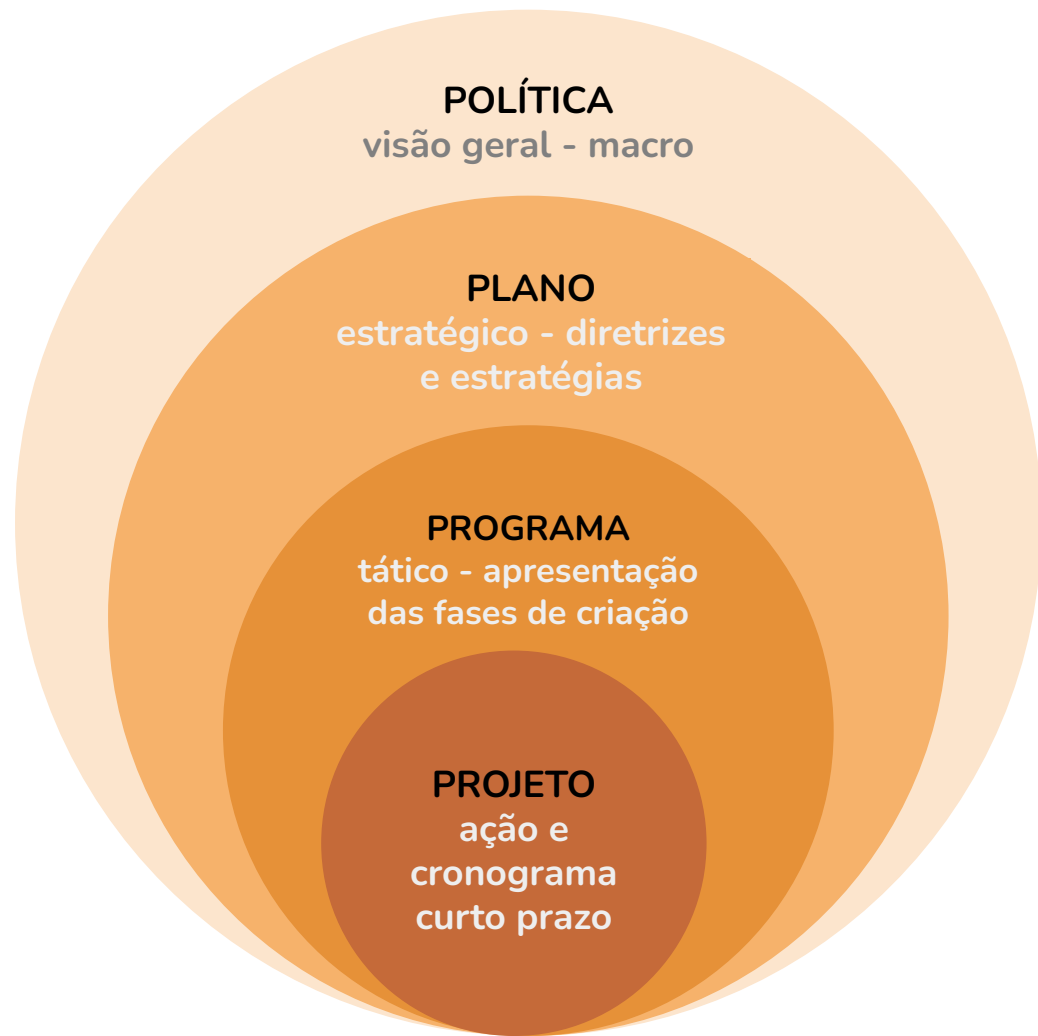
7. Políticas setoriais



Políticas Setoriais

Atualmente:

Título II - Das diretrizes e ações estratégicas das políticas urbanas: estabelece diretrizes para a política de desenvolvimento municipal e para políticas setoriais.



Das estratégias de desenvolvimento e qualificação territorial

Título II

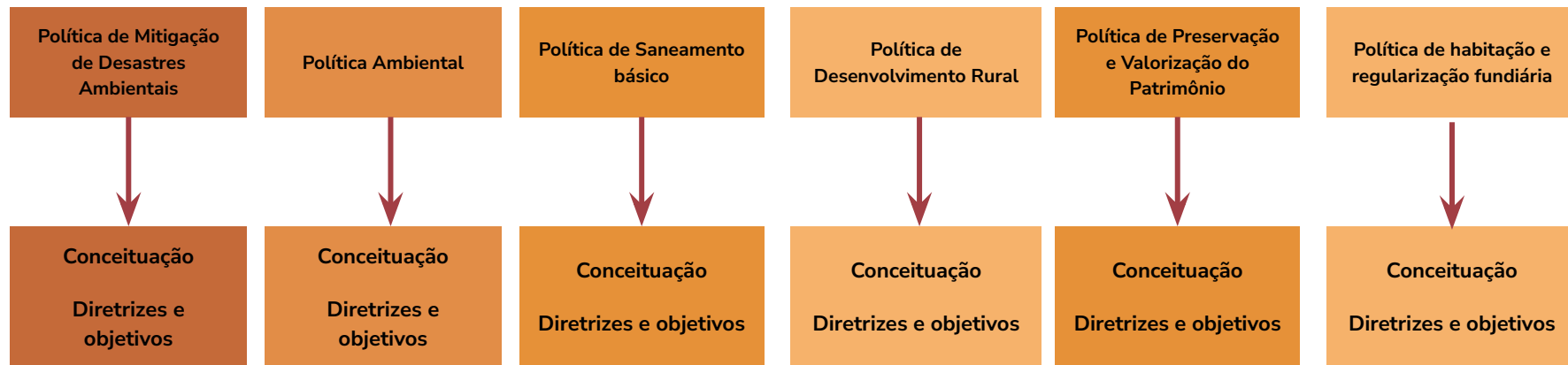
5 estratégias

21 programas



Estratégia de promoção do desenvolvimento rural	Programa de incentivo e apoio ao agricultor
	Programa de manutenção e melhoria das estradas e acessos rurais
	Programa de incentivo à adequação da legislação ambiental
	Programa de fomento à agroindústria
	Programa de fomento à diversificação da produção agrícola
	Programa de incentivo ao turismo e ao agroturismo
	Programa de incentivo a agricultura familiar
	Programa de incentivo ao "troca-troca – sementes
	Programa de incentivo a classificação de embriões
	Programa de incentivo ao ensino técnico (médio) voltado à agricultura
Estratégia de qualificação ambiental e proteção do meio ambiente	Programa de institucionalização da política municipal ambiental
	Programa de preservação de recursos hídricos, saneamento ambiental
	Programa de educação ambiental
Estratégia de melhoria das condições de educação	Programa de fortalecimento da política municipal de educação
	Programa de fomento de educação
	Programa de implementação de ensino profissionalizante, técnico e superior.
Estratégia de melhoria das condições de educação	Programa de melhoria e ampliação do atendimento à saúde
	Programa de melhoria equipamentos urbanos e comunitários de saúde
Estratégia de organização do uso e ocupação do solo	Programa de organização do uso e ocupação do solo
	Programa de regulamentação do parcelamento do solo
	Programa de fomento ao cumprimento da função social da propriedade

Políticas Setoriais - Propostas

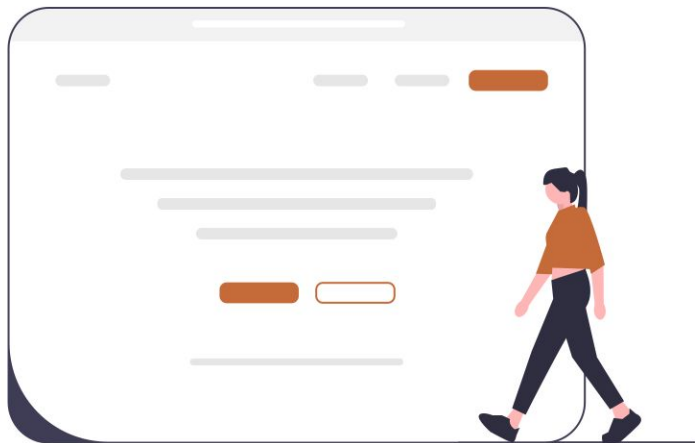


*** O turismo está presente de forma transversal nas políticas ambiental, de desenvolvimento rural e de preservação e valorização do patrimônio**



POLÍTICAS SETORIAIS

Considerando as políticas propostas, classifique-as, na sua ficha, de acordo com sua importância para o desenvolvimento sustentável do município.



8. Instâncias Participativas



Instâncias Participativas - No PD atual

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E ÂMBITOS DE AÇÃO

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS DO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

CAPÍTULO III - DAS INSTÂNCIAS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DEMOCRÁTICA

Seção I - Dos poderes executivo e legislativos municipais

Seção II - Da Participação e controle social

Seção III - Conferência Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural

Seção IV - Do Conselho de Desenvolvimento Territorial

Seção V - Das Audiência Públicas;

Seção VI - Do Plebiscito e Do Referendo;

Seção VII - Dos Projetos de Iniciativa Popular;

Seção VIII - Da Gestão Orçamentária Participativa

CAPÍTULO IV - DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

CAPÍTULO V – DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Art. 299. Fica instituído o sistema municipal de participação e controle social no planejamento e na gestão das políticas territorial e urbanística locais, denominado oficialmente Sistema de Acompanhamento e Controle (SAC), visando **garantir e qualificar o planejamento e a gestão da política municipal** através da efetiva **participação popular** no Município de Anitápolis, tendo como âmbitos de ação:

I - o do **Poder Executivo** e do **Poder Legislativo Municipais**;

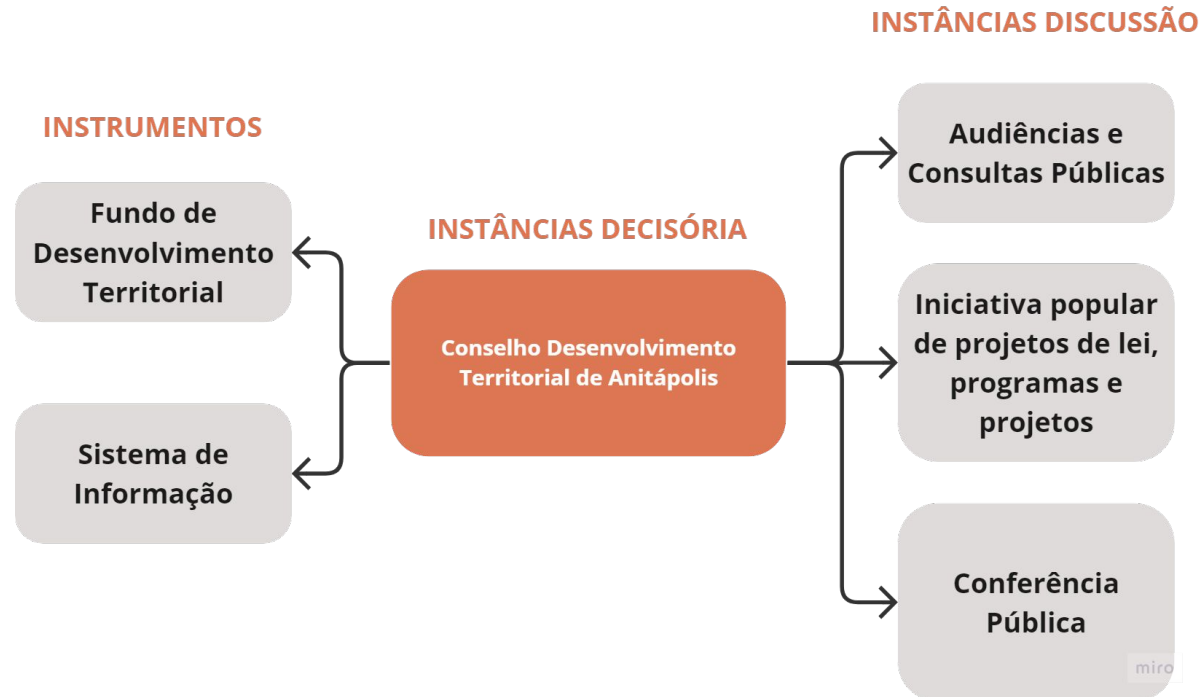
II - o da **Sociedade Civil**.



Instâncias Participativas - proposta

O Estatuto da Cidade (Lei federal 10.257/2001), diretrizes previstas no art. 2º

Gestão democrática da cidade, por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, na execução e no acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (inciso II)



INSTÂNCIAS PARTICIPATIVAS



O plano diretor deve fortalecer as instâncias de participação na política urbana municipal e consolidar a atuação do Conselho de Desenvolvimento Territorial no processo de gestão e planejamento territorial.

**APONTE A CÂMERA
DO SEU CELULAR**



ACOMPANHE O PROCESSO

contato e-mail

participaanita@gmail.com

redes sociais



[@participaanita](#)

